

# ***Companhia Providência Indústria e Comércio***

*Informações trimestrais em 31 de  
março de 2014 e relatório dos  
auditores independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores  
Independentes

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS FUNDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013		31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
<b>Ativo</b>					<b>Passivo e patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	33.549	50.693	47.404	64.250	Fornecedores (Nota 15)	23.424	33.597	41.805	59.975
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	14.746	24.674	14.746	24.674	Empréstimos (Nota 16)	22.742	24.921	95.750	83.694
Contas a receber de clientes (Nota 8)	107.792	123.201	165.408	177.822	Encargos sociais e provisões trabalhistas	5.888	5.097	7.546	6.730
Estoques (Nota 9)	48.403	35.934	77.677	64.119	Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 17)	1.188	1.304	2.470	4.762
Tributos a recuperar (Nota 10)	40.817	36.102	48.991	44.988	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	70	80	240	250
Partes relacionadas (Nota 27)	5.628	6.078			Dividendos a pagar	27	27	27	27
Outros direitos realizáveis	7.039	7.676	9.777	11.647	Outras contas a pagar	652	600	1.738	1.290
	<u>257.974</u>	<u>284.358</u>	<u>364.003</u>	<u>387.500</u>		<u>53.991</u>	<u>65.626</u>	<u>149.576</u>	<u>156.728</u>
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Contas a receber de clientes (Nota 8)	1.057	1.213	2.664	2.987	Empréstimos (Nota 16)	128.899	138.586	473.954	507.236
Tributos a recuperar (Nota 10)	6.759	6.813	7.532	7.587	Impostos, taxas e contribuições a recolher (Nota 17)	125	154	125	154
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11)	31.606	33.586	35.402	37.279	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 19)			16.455	14.385
Depósitos judiciais (Nota 18)	134	105	411	372	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	785	755	832	812
Depósitos e empréstimos compulsórios	32	31	32	31	Provisão para passivo a descoberto (Nota 12)	6.965	6.840		
Outros direitos realizáveis	127	127	127	127		<u>136.774</u>	<u>146.335</u>	<u>491.366</u>	<u>522.587</u>
Investimentos (Nota 12)	142.005	135.073			<b>Total do passivo</b>	<u>190.765</u>	<u>211.961</u>	<u>640.942</u>	<u>679.315</u>
Intangível (Nota 13)	7.162	6.984	41.176	41.130	<b>Patrimônio líquido</b>				
Imobilizado (Nota 14)	408.180	409.221	853.866	867.852	Capital social (Nota 20 (a))	409.003	409.003	409.003	409.003
	<u>597.062</u>	<u>593.153</u>	<u>941.210</u>	<u>957.365</u>	Reservas de capital (Nota 20(c))	12.539	12.425	12.539	12.425
					Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 20(h))	144.235	146.539	144.235	146.539
					Reservas de lucros (Nota 20(e))	97.683	97.683	97.683	97.683
					Ações em tesouraria (Nota 20 (d))	(100)	(100)	(100)	(100)
					Lucros acumulados	911		911	
<b>Total do ativo</b>	<u>855.036</u>	<u>877.511</u>	<u>1.305.213</u>	<u>1.344.865</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>855.036</u>	<u>877.511</u>	<u>1.305.213</u>	<u>1.344.865</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2014	2013	2014	2013
Operações continuadas				
Receita (Nota 21)	121.227	101.316	211.749	160.609
Custo das vendas	(90.992)	(68.356)	(160.554)	(114.921)
Lucro bruto	30.235	32.960	51.195	45.688
Despesas com vendas (Nota 22)	(9.906)	(9.007)	(12.943)	(11.507)
Despesas administrativas (Nota 22)	(15.167)	(12.852)	(22.488)	(18.057)
Outras receitas (Nota 22)	(139)	(48)	(129)	(164)
	(25.212)	(21.907)	(35.560)	(29.728)
Lucro operacional	5.023	11.053	15.635	15.960
Receitas financeiras (Nota 23)	3.545	1.422	3.652	1.432
Despesas financeiras (Nota 23)	(14.788)	(7.569)	(15.601)	(9.514)
Despesas financeiras, líquidas	(11.243)	(6.147)	(11.949)	(8.082)
Participação nos lucros de controladas (Nota 12)	6.550	1.831		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	330	6.737	3.686	7.878
Imposto de renda e contribuição social (Nota 24)	(1.980)	(1.687)	(5.336)	(2.828)
Lucro (prejuízo) do período das operações continuadas	(1.650)	5.050	(1.650)	5.050
Lucro (prejuízo) líquido do período	(1.650)	5.050	(1.650)	5.050
Lucro (prejuízo) líquido por ação (básico e diluído)				
De operações continuadas (Nota 20 (g))	(0,02)	0,06	(0,02)	0,06

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013  
Em milhares de reais

---

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Período findo em</u>		<u>Período findo em</u>	
	<u>31 de março</u>		<u>31 de março</u>	
	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>(1.650)</u>	<u>5.050</u>	<u>(1.650)</u>	<u>5.050</u>
Outros componentes do resultado abrangente				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	<u>257</u>	<u>102</u>	<u>257</u>	<u>102</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(1.393)</u>	<u>5.152</u>	<u>(1.393)</u>	<u>5.152</u>

---

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora												
	Reservas de capital				Reservas de lucros				Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	
	Capital Social	Custos de emissão	Reserva de ágio	Opção de ações	Total	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva para Investimentos					Total
Em 01 de janeiro de 2013	422.269	(13.266)	10.703	1.175	11.878	9.740	33.789	68.518	112.047	(813)		157.862	689.977
Lucro líquido do período											5.050		5.050
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												102	102
Total do resultado abrangente do período											5.050	102	5.152
Realização do custo atribuído (Nota 14)											3.881	(3.881)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 20)											(1.319)	1.319	
Total da realização do custo atribuído											2.562	(2.562)	
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 19)										642			642
Pagamento baseado em ações (Nota 20)			146	(21)	125						206		331
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Total de contribuições/distribuições aos acionistas			146	(21)	125					642	206		973
Em 31 de março de 2013	422.269	(13.266)	10.849	1.154	12.003	9.740	33.789	68.518	112.047	(171)	7.818	155.402	696.102
Lucro líquido do período											21.870		21.870
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)												(1.180)	(1.180)
Total do resultado abrangente do período											21.870	(1.180)	20.690
Realização do custo atribuído (Nota 14)											11.642	(11.642)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 20)											(3.959)	3.959	
Total da realização do custo atribuído											7.683	(7.683)	
Contribuições/distribuições aos acionistas:													
Ações em tesouraria (Nota 20)										71			71
Pagamento baseado em ações (Nota 20)			16	406	422								422
Destinação do lucro líquido do exercício:													
Dividendos intermediários pagos (Nota 20)											(17.946)		(17.946)
Dividendos pagos (Nota 20)													(33.789)
Reserva legal						1.346			1.346		(1.346)		
Transferências entre reservas								18.079	18.079		(18.079)		
Total de contribuições/distribuições aos acionistas			16	406	422	1.346	(33.789)	18.079	(14.364)	71	(37.371)		(51.242)
Em 31 de dezembro de 2013	422.269	(13.266)	10.865	1.560	12.425	11.086		86.597	97.683	(100)		146.539	665.550
Prejuízo líquido do período											(1.650)		(1.650)
Var. cambial de investidas no exterior (Nota 12)												257	257
Total do resultado abrangente do período											(1.650)	257	(1.393)
Realização do custo atribuído (Nota 14)											3.880	(3.880)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 20)											(1.319)	1.319	
Total da realização do custo atribuído											2.561	(2.561)	
Pagamento baseado em ações (Nota 20)				114	114								114
Total de contribuições/distribuições aos acionistas				114	114								114
Em 31 de março de 2014	422.269	(13.266)	10.865	1.674	12.539	11.086		86.597	97.683	(100)	911	144.235	664.271

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

Em milhares de reais

	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2014	2013	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do período	(1.650)	5.050	(1.650)	5.050
Ajustes:				
Depreciação do imobilizado	6.128	5.966	11.249	9.245
Amortização do intangível	1.055	942	1.157	1.027
Juros e variações monetárias	12.880	4.245	12.662	6.253
Valor residual do permanente baixado	3		3	128
Pagamento baseado em ações	114	185	114	185
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	1.980	1.687	3.806	2.828
Provisão para passivo a descoberto	382	1.168		
Constituição de provisão para contingências, líquido	20	35	10	
Resultado de equivalência patrimonial	(6.932)	(2.999)		
Perda de valores ativos	8	182	87	295
	<u>13.988</u>	<u>16.461</u>	<u>27.438</u>	<u>25.011</u>
Variações nos ativos e passivos:				
(Acréscimo) decréscimo de clientes	11.792	(565)	9.092	(11.549)
(Acréscimo) decréscimo de estoques	(12.469)	(7.233)	(13.558)	(8.689)
(Acréscimo) decréscimo de tributos a recuperar	(4.661)	249	(3.948)	305
(Acréscimo) decréscimo de outros direitos realizáveis	1.743	2.000	2.964	5.002
Decréscimo de fornecedores	(10.173)	(3.129)	(18.170)	(5.672)
Acréscimo (decréscimo) de encargos sociais e provisões trabalhistas	771	(2.212)	806	(2.825)
Acréscimo (decréscimo) de impostos, taxas e contribuições	(145)	433	(935)	(1.505)
Decréscimo de outras exigibilidades	(1.429)	(67)	(1.044)	(8)
Caixa gerado nas operações	<u>(14.571)</u>	<u>(10.524)</u>	<u>(24.793)</u>	<u>(24.941)</u>
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social			(1.386)	
			<u>(1.386)</u>	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(583)	5.937	1.259	70
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(5.090)	(2.388)	(7.121)	(6.415)
Aquisição de intangível	(1.233)	(934)	(1.233)	(935)
Partes relacionadas	423	(6.051)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(5.900)</u>	<u>(9.373)</u>	<u>(8.354)</u>	<u>(7.350)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos	4.000	50.000	23.410	70.478
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(11.004)	(4.456)	(23.616)	(12.111)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(3.657)	(3.798)	(7.104)	(7.081)
Venda (recompra) de ações		788		788
Pagamento de dividendos				
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos	<u>(10.661)</u>	<u>42.534</u>	<u>(7.310)</u>	<u>52.074</u>
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa			(2.441)	(3.076)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(17.144)</u>	<u>39.098</u>	<u>(16.846)</u>	<u>41.718</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 6)	33.549	115.104	47.404	125.863
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 6)	50.693	76.006	64.250	84.145
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(17.144)</u>	<u>39.098</u>	<u>(16.846)</u>	<u>41.718</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Período findo em 31 de março		Período findo em 31 de março	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Vendas brutas de produtos	140.070	116.171	236.054	179.103
Outras receitas	(139)	(48)	(129)	(164)
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8)	(182)	(87)	(295)
	<u>139.923</u>	<u>115.941</u>	<u>235.838</u>	<u>178.644</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(109.843)	(83.211)	(183.365)	(132.296)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.989)	(2.913)	(2.397)	(1.872)
	<u>(113.832)</u>	<u>(86.124)</u>	<u>(185.762)</u>	<u>(134.168)</u>
Valor adicionado bruto	26.091	29.817	50.076	44.476
Depreciação e amortização	(7.183)	(6.908)	(12.406)	(10.272)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	18.908	22.909	37.670	34.204
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	6.932	2.999		
Provisão para passivo a descoberto	(382)	(1.168)		
Receitas financeiras	3.545	1.422	3.652	1.432
	<u>10.095</u>	<u>3.253</u>	<u>3.652</u>	<u>1.432</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>29.003</u>	<u>26.162</u>	<u>41.322</u>	<u>35.636</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	12.714	10.909	18.798	15.646
Salários e encargos	7.508	6.300	12.070	9.817
Honorários de diretoria	1.387	1.469	1.387	1.469
Benefícios	2.012	1.618	2.758	2.245
Encargos trabalhistas e previdenciários	1.807	1.522	2.583	2.115
Impostos, taxas e contribuições	2.977	2.673	8.142	5.249
Impostos federais	2.973	2.673	6.911	4.239
Impostos estaduais	1		1.062	839
Impostos municipais	3		169	171
Remuneração de capitais de terceiros	14.962	7.530	16.032	9.691
Juros e variações cambiais	14.672	7.318	15.348	9.143
Alugueres	290	212	684	548
Remuneração de capitais próprios	(1.650)	5.050	(1.650)	5.050
Lucros retidos	(1.650)	5.050	(1.650)	5.050
Valor adicionado distribuído	<u>29.003</u>	<u>26.162</u>	<u>41.322</u>	<u>35.636</u>

(\*) A demonstração de valor adicionado consolidada não é parte das informações trimestrais consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES

TRIMESTRAIS EM 31 DE MARÇO DE 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a “Companhia”), com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná e suas controladas tem por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido não-tecido (“*nonwoven*”), resultantes da transformação de polipropileno da marca KAMI.

A Companhia possui duas subsidiárias, uma em Pouso Alegre, Minas Gerais e outra em Statesville, Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Com o objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, em 2012 a Companhia inaugurou duas novas máquinas. A primeira inaugurada no segundo trimestre em Pouso Alegre/MG e a segunda, em Statesville, cuja produção iniciou-se no último trimestre de 2012.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 13 de maio de 2014.

#### 2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

##### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, vigentes para 31 de março de 2014.

##### 2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor e ajustadas com o objetivo de refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, bem como o “custo atribuído” de terrenos, de edificações e de máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma e de suas controladas. As áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidos pelo *International Accounting Standards Board*).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas com as demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC/IFRS com vigência a partir de 2014 que, eventualmente, pudessem causar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.3 Consolidação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital

votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados ao se avaliar quando a Companhia controla outra entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e, quando aplicável esta consolidação, é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre as empresas, saldos, ganhos e prejuízos não realizados são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

#### (b) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia e suas controladas, as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

### 2.4 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e de suas controladas é a Diretoria Executiva.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que o único produto comercializado pela Companhia e suas controladas é o não-tecido, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Administração concluiu que a Companhia e suas controladas têm somente um segmento passível de apresentação.

### 2.5 Conversão de moeda estrangeira

#### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados e usa-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas na moeda R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do consolidado.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do período como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas consolidadas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controlada localizada nos Estados Unidos utilizam moeda funcional diferente da moeda de apresentação, portanto são convertidos na moeda de apresentação, conforme segue:

- (i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considera-se que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

## 2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos a curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante de caixa conhecido.

## 2.7 Ativos financeiros

### 2.7.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como “*hedge*” (um instrumento de proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem “Contas a receber de clientes e demais contas a receber”, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

2.7.2 Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado Financeiro” no período em que ocorrem.

2.7.3 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros encontra-se deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia e suas controladas, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso o valor da perda por *impairment* em um período subsequente diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

## 2.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo com as suas devidas variações lançadas contra resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7.

## 2.9 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*) estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado (CDI-Certificado de Depósito Interbancário), a qual em 31 de março de 2014 correspondia, em média, a 10,55% a.a. (9,77% a.a. em 31 de dezembro de 2013).

## 2.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e custos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

## 2.11 Ativos intangíveis

### (a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida (vide maiores informações na Nota 1 (a)).

Segundo a deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, constituiu-se os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente.

O ágio é testado *anualmente* para verificar perdas (*impairment*).

### (b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e suas controladas e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

## 2.12 Imobilizado

Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somados ao custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando-se o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

### 2.13 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar uma eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

### 2.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

## 2.15 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.16 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é considerada provável, com base em seus assessores jurídicos, que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

## 2.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem tanto os impostos correntes quanto os diferidos, e são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável no Brasil. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados através das alíquotas de 15% (além dos 10% adicionais, quando aplicável) e 9%, respectivamente no Brasil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Sendo assim, para dar suporte ao reconhecimento, a Administração elabora em cada exercício um estudo de aproveitamento desses tributos, baseado em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

## 2.18 Benefícios a empregados

### (a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida (Nota 25), cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da empresa cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no Passivo Circulante.

### (b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos e determinados empregados um plano de remuneração com base em ações (“*Stock Options*”), devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 20.b), segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 - Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados.

### (c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração definida.

## 2.19 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

## 2.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do consolidado. O reconhecimento é feito quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Portanto, a Companhia e suas controladas adotam como critério de reconhecimento da receita a data em que os produtos são entregues ao comprador.

## 2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer

valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

## 2.22 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## 2.23 Divulgação das normas publicadas ainda não vigentes

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das informações trimestrais. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração (CPC 38, 39 e 40) - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS. A seguir elencamos as principais emendas:

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

### 3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

#### 3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos seus respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

##### (a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável.

##### (b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

##### (c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado bem como a seleção de métodos de avaliação requerem um julgamento considerável e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas na Nota 7 não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de

realização estimados.

(d) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 18. Desta forma, são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas acreditam que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual do Paraná e sua controlada Isofilme possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia consultou seus assessores jurídicos, os quais emitiram parecer sobre o tema, a partir do qual a Companhia entende não haver passivo a ser registrado.

## 4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### 4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia (juntamente com as controladas) possui um Comitê de Gestão de Riscos, aprovado pelo Conselho de Administração, que funciona para o seu assessoramento e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle que estabelecem limites de exposição cambial e de juros bem como definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos são apresentadas e avaliadas mensalmente pelo Comitê de Gestão de Riscos e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

Dentre os procedimentos definidos pela política vigente, a Companhia possui rotinas mensais que permitem projetar e avaliar a exposição cambial, já que possui operações e dívida com o mercado externo e está exposta a esses riscos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de câmbio e taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento está indexado em 27% com base na moeda local e a taxas variáveis e fixas, sendo que os 73% restantes estão indexados à LIBOR - (*London Interbank Offered Rate*) e SIFMA - (*Securities Industry and Financial Markets Association*). Parte significativa das receitas (31%) advém das vendas em mercados externos ao Brasil e está igualmente exposta a variações na taxa de câmbio.

Parte do endividamento está indexada ao CDI, portanto sujeita a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

Os instrumentos financeiros estão registrados aos valores de custo amortizado, os quais se aproximam dos valores justos.

A tabela a seguir demonstra a exposição cambial da Companhia.

	Consolidado			
	31 março de 2014		31 de dezembro de 2013	
	R\$ mil	USD mil	R\$ mil	USD mil
Ativo:				
Contas a receber	85.071	37.592	85.958	36.693
Passivo:				
Fornecedores	(7.781)	(3.438)	(2.989)	(1.276)
Empréstimos e financiamentos	(515.126)	(227.630)	(540.393)	(230.681)
Posições passivas	(522.907)	(231.068)	(543.382)	(231.957)
Total exposto	(437.836)	(193.476)	(457.424)	(195.264)

A Companhia possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos.

**Sensibilidade à taxa de câmbio** - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do dólar para cada instrumento financeiro exposto:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas	Dólar	1,2300	1,8450	2,4600	3,0750	3,6900
Contas a receber	Dólar	(38.833)	(15.714)	7.406	30.525	53.645
Empréstimos e financiamentos	Dólar	235.141	95.149	(44.843)	(184.835)	(324.828)
Fornecedores	Dólar	3.552	1.437	(677)	(2.792)	(4.907)
Ganho (perda)		199.860	80.872	(38.114)	(157.102)	(276.090)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme requerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial em 31 de março de 2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

**Sensibilidade à taxa de juros** – Apresenta-se no quadro a seguir os impactos dos juros no resultado de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável dos indexadores (CDI/LIBOR6) no período de 12 meses:

	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas do indexador	CDI/Selic	5,63	8,44	11,25	14,06	16,88
Taxas do indexador	LIBOR6	0,16	0,25	0,33	0,41	0,49
Aplicações financeiras	CDI/Selic	1.846	2.805	3.789	4.799	5.835
Empréstimos e financiamentos	LIBOR6	(7.510)	(7.764)	(8.032)	(8.271)	(8.524)
Perda		<u>(5.664)</u>	<u>(4.959)</u>	<u>(4.243)</u>	<u>(3.472)</u>	<u>(2.689)</u>

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme requerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial das aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de março de 2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

(ii) Operações com derivativos

A Companhia e suas controladas possuem operações no mercado externo e estão expostas a riscos de mercado provenientes de mudanças nas cotações das moedas estrangeiras e das taxas de juros. A exposição ao risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação ou realizadas pela Providencia Inc.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm como política operar com instrumentos financeiros derivativos atrelados a moedas estrangeiras, basicamente o dólar americano, os quais têm a finalidade de *hedge* (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio), seguindo as orientações estipuladas na Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração e operacionalizada pelo Comitê de Gestão de Riscos.

A Política de Gestão de Riscos de Mercado objetiva basicamente a proteção mínima de 75% do fluxo de caixa de curto prazo, por períodos determinados que variem de 9 a 12 meses, orientando para a realização de operações tradicionais de mercado, como por exemplo,

NDF's, opções e mercado futuro de dólar via BM&F entre outras, estipulando limites por tipo de operação e contraparte.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada possível de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco:

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Operação	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	Cenário provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Swap US\$ x CDI	Variação do CDI	(20.994)	(9.359)	2.586	14.823	27.333
Termo de moeda (NDF)	Variação do US\$	(12.876)	(7.670)	(962)	3.180	8.451
Ganho (perda)		<u>(33.870)</u>	<u>(17.029)</u>	<u>1.624</u>	<u>18.003</u>	<u>35.784</u>

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, considerou-se a curva do dólar e de cotações futuras publicadas pela BM&F. Com base nessas taxas aplicaram-se os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço.

Esta análise foi considerada apenas para efeito de atendimento da legislação em vigor, uma vez que a Companhia opera com derivativos apenas para a proteção e eliminação dos efeitos de flutuação das moedas e juros contratados, não possuindo caráter especulativo.

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40. Baseado na posição patrimonial e no valor *notional* dos instrumentos derivativos em aberto em 31 de março de 2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de riscos prováveis da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Em 31 de março de 2014, a Companhia não possuía contratos de derivativos exóticos em aberto, nem possuía em outros períodos.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada à Política de Crédito instituída na Companhia e ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, limites individuais de posição e garantias exigidas são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda no valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia para este fim. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no **Grupo 1** referem-se a clientes sem inadimplência no passado. Os valores classificados no **Grupo 2** referem-se a clientes com alguma inadimplência no passado, ou seja, aqueles que em algum momento figuraram dentro dos critérios de constituição de provisão para devedores duvidosos.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber de clientes (líquido de PDD)				
Grupo 1	106.746	122.311	162.925	175.662
Grupo 2	2.103	2.103	5.147	5.147
	<u>108.849</u>	<u>124.414</u>	<u>168.072</u>	<u>180.809</u>

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com a política estabelecida.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo				
brAAA	26.979	36.678	37.001	43.742
brA+f	6.570	6.436	6.570	6.436
brA		7.579		7.579
AA-			3.833	6.493
	<u>33.549</u>	<u>50.693</u>	<u>47.404</u>	<u>64.250</u>

Fonte: Standard & Poor's e Fitch Ratings

### (c) Risco de liquidez

A previsão de Fluxo de Caixa é realizada nas entidades operacionais do consolidado e consolidada pelo departamento de Finanças. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia e suas controladas de forma consolidada é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos do consolidado (Companhia e suas controladas) e os ativos e passivos financeiros derivativos a liquidar pela Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos

financeiros derivativos estão incluídos na análise caso seus vencimentos contratuais sejam essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	
Em 31 de março de 2014						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	33.549				33.549	
Instrumentos financeiros derivativos	14.746				14.746	
Contas a receber de clientes	39.554	59.848	8.390	1.057	108.849	
Partes relacionadas			5.628		5.628	
Depósitos judiciais				134	134	
	<u>87.849</u>	<u>59.848</u>	<u>14.018</u>	<u>1.191</u>	<u>162.906</u>	
Passivo						
Fornecedores	(17.402)	(6.022)			(23.424)	
Empréstimos e financiamentos						
-Préfixadas	(78)	(982)	(29.241)	(141.094)	(171.395)	
	<u>(17.480)</u>	<u>(7.004)</u>	<u>(29.241)</u>	<u>(141.094)</u>	<u>(194.819)</u>	
	<u>(70.369)</u>	<u>(52.844)</u>	<u>(15.223)</u>	<u>(139.903)</u>	<u>(31.913)</u>	
	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 31 de março de 2014						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	47.404					47.404
Instrumentos financeiros derivativos	14.746					14.746
Contas a receber de clientes	65.519	86.660	13.229	2.664		168.072
Depósitos judiciais				411		411
	<u>127.669</u>	<u>86.660</u>	<u>13.229</u>	<u>3.075</u>		<u>230.633</u>
Passivo						
Fornecedores	(31.740)	(10.065)				(41.805)
Empréstimos e financiamentos						
-Pósfixadas	(7.969)	(3.371)	(58.800)	(278.964)	(90.867)	(439.971)
-Préfixadas	(83)	(993)	(29.288)	(141.341)	(21.277)	(192.982)
	<u>(39.792)</u>	<u>(14.429)</u>	<u>(88.088)</u>	<u>(420.305)</u>	<u>(112.144)</u>	<u>(674.758)</u>
	<u>87.877</u>	<u>72.231</u>	<u>(74.859)</u>	<u>(417.230)</u>	<u>(112.144)</u>	<u>(444.125)</u>

Os instrumentos derivativos são administrados com base no valor justo líquido. Os instrumentos derivativos pelo valor líquido compreendem os contratos de *swap* de taxa de juros, *Non Deliverable Forward* e Opções de compra de dólar utilizados pela Companhia e suas controladas para administrar o perfil da taxa de juros do consolidado.

#### 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas, garantia às demais partes interessadas e para manter uma adequada estrutura de capital.

A administração do capital é monitorada, entre outros indicadores, por meio do índice de dívida/capitalização, cuja meta é manter uma razão menor ou igual a 0,65. Em 31 de março de 2014, essa relação apresentou o resultado de 0,46 (0,47 em 31 de dezembro de 2013), demonstrando que a estrutura de capital da Companhia está sendo mantida dentro dos limites estabelecidos. O quadro a

seguir demonstra o cálculo do índice dívida/capitalização:

	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Dívida total	569.704	590.930
Patrimônio líquido	664.271	665.550
<b>Capitalização</b>	<b>1.233.975</b>	<b>1.256.480</b>
Dívida total / capitalização	0,46	0,47

#### 4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado e disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares conforme demonstrado na Nota 16.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo-se a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (item não é aplicado à Companhia em 31 de março de 2014);

Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e,

Nível 3 - técnicas que usam dados com efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado (item não aplicado à Companhia em 31 de março de 2014).

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
	Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa				
Valor justo através do resultado	33.549	50.693	47.404	64.250
	<u>33.549</u>	<u>50.693</u>	<u>47.404</u>	<u>64.250</u>
Ativos financeiros derivativos				
Instrumentos derivativos	14.746	24.674	14.746	24.674
	<u>14.746</u>	<u>24.674</u>	<u>14.746</u>	<u>24.674</u>
Total do ativo circulante	<u>48.295</u>	<u>75.367</u>	<u>62.150</u>	<u>88.924</u>

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis de hierarquia de valor justo para os períodos findos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

## 5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Caixa e equivalentes de caixa				
Bancos e aplicações financeiras	33.549	50.693	47.404	64.250
	<u>33.549</u>	<u>50.693</u>	<u>47.404</u>	<u>64.250</u>
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Contas a receber de clientes	108.849	124.414	168.072	180.809
Partes relacionadas	5.628	6.078		
Depósitos judiciais	134	105	411	372
	<u>114.611</u>	<u>130.597</u>	<u>168.483</u>	<u>181.181</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos	14.746	24.674	14.746	24.674
	<u>14.746</u>	<u>24.674</u>	<u>14.746</u>	<u>24.674</u>
Total dos ativos	<u>162.906</u>	<u>205.964</u>	<u>230.633</u>	<u>270.105</u>
Passivos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	23.424	33.597	41.805	59.975
Empréstimos e financiamentos	151.641	163.507	569.704	590.930
Total dos passivos	<u>175.065</u>	<u>197.104</u>	<u>611.509</u>	<u>650.905</u>

## 6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia e suas controladas. O saldo dessa conta no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Recursos em bancos e em caixa	2.970	2.608	15.422	11.124
Fundos de investimentos financeiros de curto prazo	30.579	48.085	31.982	53.126
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>33.549</u>	<u>50.693</u>	<u>47.404</u>	<u>64.250</u>

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por fundos de investimento financeiro, cujas carteiras são basicamente compostas por aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e certificados de depósito bancário, remuneradas a 102,0% (102,0% em 31 de dezembro de 2013), em média, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI - e possuem liquidez imediata. A Companhia e suas controladas não possuem aplicações em fundos de investimento exclusivos.

## 7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora e Consolidado	
	Ativo	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Swaps de taxa de juros (a)	15.499	21.571
Contratos de câmbio a termo (b)	(943)	1.487
Contratos de opção de dólar (c)	190	1.616
	<hr/>	<hr/>
Parcela circulante	14.746	24.674
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pela Companhia e suas controladas e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do período. Dessa forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações trimestrais consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente, com relação à variação nas taxas de câmbio.

As operações de derivativos financeiros contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

## (a) Swap de taxas de juros - CDI x US\$ e LIBOR6 flutuante x pré-fixada:

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de swap de taxas de juros, em aberto em 31 de Março de 2014, correspondem a R\$ 154.601 (R\$ 167.294 em 31 de dezembro de 2013).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas (taxas de juros em CDI e LIBOR) decorrentes de empréstimos e financiamentos, a Companhia contratou operações de swap, negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- Banco Itaú: US\$ 52,4 milhões - posição ativa em US\$ + 4,85% a.a. e passiva em CDI + 1,7% a.a., com vencimentos semestrais até setembro de 2018; e,
- Banco Itaú: R\$ 50 milhões - posição ativa em R\$ + 8,00% a.a. e passiva em 98,7% do CDI a.a., com vencimentos trimestrais até fevereiro de 2016.
- Banco Santander: R\$ 4 milhões - posição ativa em R\$ + 8,00% a.a. e passiva em 100% do CDI a.a., com vencimentos trimestrais até fevereiro de 2016.
- 

## (b) Contratos de câmbio a termo (“Forward”):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de Março de 2014, totalizam R\$ 24.061 (R\$ 28.147 em 31 de dezembro de 2013).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de Março de 2014, a Companhia contratou operações de “compra” de moeda a termo (NDF - *Non Deliverable Forward*), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco HSBC: US\$ 3,9 milhões - posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,5267, com vencimentos para 15 de outubro de 2014, 17 de novembro de 2014 e 15 de dezembro de 2014;
- Banco Itaú BBA: US\$ 2,8 milhões – posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,4748, com vencimento para 15 de setembro de 2014;e
- Banco Bradesco: US\$ 4,0 milhões – posição comprada dólar, taxa de realização de R\$ 2,4126, com vencimentos para 16 de junho de 2014, 15 de julho de 2014 e 15 de agosto de 2014;

(c) Contratos de opção de dólar (Call-compra):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de opção de dólar, em aberto em 31 de março de 2014, totalizam R\$ 24.061 (R\$ 27.713 em 31 de dezembro de 2013). O prêmio total pago para essas operações foi de R\$ 1.142 mil.

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de março de 2014, a Companhia contratou operações de “opção de compra de moeda” (Call-compra), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco Votorantim: US\$ 3,1 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,3618, com vencimentos para 15 de abril de 2014 e 15 de julho de 2014; prêmio pago: R\$ 317 mil;
- Banco Itaú: US\$ 5,7 milhões - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,4588, com vencimentos para 15 de maio de 2014, 16 de junho de 2014, 15 de agosto de 2014 e 17 de novembro de 2014; prêmio pago; R\$ 635 mil;
- Banco Bradesco: US\$ 1 milhão - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,52, com vencimento para 15 de dezembro de 2014; prêmio pago: R\$ 114 mil; e,
- Banco Santander: US\$ 0,7 milhão - opção (Call-compra) à taxa de R\$ 2,5040, com vencimento para 15 de outubro de 2014; prêmio pago: R\$ 76 mil.

## 8 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Contas a receber de clientes no mercado interno	43.467	55.604	88.077	99.840
Contas a receber de clientes no mercado externo	68.080	71.500	85.300	86.187
Provisão para devedores duvidosos no mercado interno	(2.469)	(2.461)	(5.076)	(4.989)
Provisão para devedores duvidosos no mercado externo	(229)	(229)	(229)	(229)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>108.849</u>	<u>124.414</u>	<u>168.072</u>	<u>180.809</u>
Parcela no circulante	107.792	123.201	165.408	177.822
Parcela no não circulante	1.057	1.213	2.664	2.987

Em 31 de março de 2014, o prazo médio de recebimento das vendas é de 73 dias (73 dias em 31 de dezembro de 2013). A Companhia e suas controladas constituem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber de clientes no mercado interno vencidas há mais de 90 dias. Para as contas a receber de clientes no mercado externo a provisão para créditos de liquidação duvidosa depende da

análise da situação financeira atual e o ambiente econômico e político do país em que cada devedor se encontra.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
A vencer	100.501	120.136	157.509	174.109
Vencidos até 60 dias	5.574	2.518	7.954	4.996
Vencidos entre 61 e 90 dias	2.590	531	2.605	630
Vencidos há mais de 90 dias	2.882	3.919	5.309	6.292
<b>Total</b>	<b>111.547</b>	<b>127.104</b>	<b>173.377</b>	<b>186.027</b>
Provisão para devedores duvidosos	(2.698)	(2.690)	(5.305)	(5.218)
<b>Total</b>	<b>108.849</b>	<b>124.414</b>	<b>168.072</b>	<b>180.809</b>

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Saldo anterior	(2.690)	(3.078)	(5.218)	(5.102)
Provisão para devedores duvidosos	(155)	(442)	(243)	(946)
Valores não usados, estornados	147	830	156	830
<b>Saldo final</b>	<b>(2.698)</b>	<b>(2.690)</b>	<b>(5.305)</b>	<b>(5.218)</b>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do período como “Despesas comerciais”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

## 9 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Matérias-primas	14.248	6.060	21.385	15.760
Matérias-primas auxiliares	6.276	7.359	9.094	10.470
Produtos em elaboração	1.705	208	5.365	1.116
Produtos acabados	12.093	10.956	22.221	20.903
Material de almoxarifado	11.326	11.351	16.846	15.870
Mercadorias em trânsito	2.755		2.766	
<b>Total</b>	<b>48.403</b>	<b>35.934</b>	<b>77.677</b>	<b>64.119</b>

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

## 10 TRIBUTOS A RECUPERAR

	31 de março de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
<b>Controladora</b>				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	13.929	418	10.936	475
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	1.319		1.677	
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	18.695	4.637	16.757	4.637
Programa de Integração Social - PIS	4.083	1.008	3.662	1.008
Antecipações de IR e CS	1.000	87	1.456	86
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.791	609	1.614	607
<b>Total</b>	<b>40.817</b>	<b>6.759</b>	<b>36.102</b>	<b>6.813</b>
<b>Controladas</b>				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1	116		117
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	4.564		4.564	
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	2.321	180	2.915	180
Programa de Integração Social - PIS	553	41	683	41
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	735	436	724	436
<b>Total</b>	<b>8.174</b>	<b>773</b>	<b>8.886</b>	<b>774</b>
<b>Consolidado</b>	<b>48.991</b>	<b>7.532</b>	<b>44.988</b>	<b>7.587</b>

Os créditos de ICMS de curto prazo são decorrentes das compras de matérias primas destinadas a produção para atender o mercado externo. A Companhia tem como procedimento abrir processos de homologação/habilitação junto ao Estado do Paraná, para posteriormente negociá-los (venda) e/ou utilizá-los como parte de pagamento da fatura de energia elétrica.

Os créditos de ICMS de longo prazo são decorrentes da compra de bens para o ativo imobilizado que tem a sua realização em 48 meses, conforme regulamento vigente.

Os créditos de PIS/COFINS nas controladas referem-se aos tributos pagos no processo de importação da nova máquina da controlada Isofilme, cujo aproveitamento é feito em conta gráfica.

Em 31 de dezembro de 2013 encerrou o prazo para reconhecimento do REINTEGRA (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras), estabelecido pelo Decreto 7.633/2011 cujo prazo foi estendido pela MP 601/2012. Durante o ano de 2013, a Companhia e suas Controladas registraram R\$ 6.410 (R\$ 5.679 em 2012) relativos a créditos instituídos pela Medida Provisória, dos quais parte será recebido em caixa em 2014 via pedido de ressarcimento e o saldo remanescente será compensado com outros tributos federais.

## 11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS

A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes

decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 30 de junho de 2011.

Os saldos acumulados dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são como segue:

	Controladora	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
<b>IR e CS Ativo</b>		
Imposto de Renda e Contribuição Social (IR e CS)		
Prejuízos fiscais acumulados*	233.715	233.715
Alíquota de IR e CS	34%	34%
Crédito de IR e CS diferido sobre prejuízos fiscais	79.463	79.463
Crédito de IR e CS diferido sobre ágio na incorporação reversa	52.021	56.750
<b>Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo</b>	<b>131.484</b>	<b>136.213</b>
<b>IR e CS Passivo</b>		
Imposto de renda		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(218.001)	(221.844)
Diferenças temporárias líquidas*	(76.138)	(80.374)
	(294.139)	(302.218)
Alíquota de IR	25%	25%
Débito de IR diferido sobre custo atribuído e diferenças temporárias	(73.535)	(75.555)
Contribuição social		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(218.001)	(221.844)
Diferenças temporárias**	(74.703)	(78.951)
	(292.704)	(300.795)
Alíquota de CS	9%	9%
Débito de CS diferido sobre custo atribuído e diferenças temporárias	(26.343)	(27.072)
<b>Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo</b>	<b>(99.878)</b>	<b>(102.627)</b>
<b>Total de imposto de renda e contribuição social diferido líquido</b>	<b>31.606</b>	<b>33.586</b>

\*Visando o cumprimento da instrução CVM 371/02, temporariamente suspendemos o registro de IR e CS diferidos sobre prejuízos fiscais acumulados. O impacto no resultado do período e no saldo de IR e CS diferidos do Balanço Patrimonial foi de R\$ 4.078, considerando um acréscimo de R\$ 11.996 no saldo de prejuízos fiscais acumulados.

\*\*O saldo das diferenças temporárias líquidas é composto basicamente por: depreciação devido à revisão das vidas úteis do ativo imobilizado (lei 11.638, art.1º, § 7º), provisão para devedores duvidosos, provisão para participações nos resultados e variações cambiais por regime de competência.

	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
IR Ativo - Controlada		
Imposto de Renda Providencia USA Inc.		
Prejuízo fiscal acumulado	7.316	6.948
Imposto Federal (alíquota de 32%)	2.341	2.223
Imposto Estadual - Carolina do Norte (alíquota de 7%)	512	486
Ganho cambial em conversão de moeda estrangeira	943	984
Total de imposto de renda diferido ativo	3.796	3.693
Consolidado	35.402	37.279

Composição por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Até dezembro de 2014	14.348	19.077	18.144	22.770
De janeiro de 2015 até dezembro de 2015	21.215	21.215	21.215	21.215
De janeiro de 2016 até dezembro de 2016	23.169	23.169	23.169	23.169
De janeiro de 2017 até dezembro de 2017	9.421	9.421	9.421	9.421
De janeiro de 2018 até dezembro de 2023	63.331	63.331	63.331	63.331
	131.484	136.213	135.280	139.906

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente e leva-se em consideração a realização provável desses tributos com base em projeções de resultados futuros, fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações e que foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Em fevereiro de 2007 a Companhia incorporou a Alnilan S.A., empresa “veículo” utilizada na aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, a qual possuía em seus registros ágio decorrente dessa aquisição. Visando preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e minoritários, de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/2001, quando da abertura de capital, em julho de 2007, a Companhia registrou provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. O ágio e a provisão foram amortizados linearmente à taxa de 10% a.a. até 31 de dezembro de 2008.

Em função das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009, os valores do ágio gerado na incorporação e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido deixaram de ser amortizados de forma sistemática. Sendo assim, o valor correspondente ao benefício fiscal de IR e CS diferidos sobre sua futura amortização fiscal foi classificado como IR e CS diferido ativo.

## 12 INVESTIMENTOS

## (a) Investimentos em controladas

Em 31 de março de 2014, a Companhia detém 96.246.205 do total de 96.246.206 quotas do capital social da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., empresa que tem como objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles o não-tecido (“*nonwoven*”), resultantes da transformação de polipropileno.

Em 8 de agosto de 2008 foi constituída a controlada direta Providencia USA Inc., domiciliada em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, cujo objeto social é a produção e comercialização de não-tecido (“*nonwoven*”). Em 31 de março de 2014, a Companhia detém a totalidade das ações do capital social compreendido por 1.000 ações.

Nome	País	Patrimônio líquido na investida	Resultado do período	Participação %	Participação em:	
					31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Isofilme Ltda.	Brasil	142.005	6.932	99,99	142.005	135.073
Providencia USA Inc.	EUA	(6.965)	(382)	100,00		
			<u>6.550</u>		<u>142.005</u>	<u>135.073</u>

Segue abaixo as principais informações financeiras das controladas diretas:

31 de março de 2014	Ativo	Passivo	Receita	Lucro
Isofilme Ltda.	255.973	(113.968)	42.683	6.932
Providencia USA Inc.	342.817	(349.782)	47.839	(382)
				<u>6.550</u>
31 de dezembro de 2013	Ativo	Passivo	Receita	Lucro
Isofilme Ltda.	259.068	(123.995)	148.054	5.424
Providencia USA Inc.	350.355	(357.195)	158.095	1.766
				<u>7.190</u>

## (b) Controlada com passivo a descoberto

Com relação à controlada, que apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), foi constituída a respectiva provisão conforme apresentada no passivo não circulante no balanço patrimonial da controladora sob a rubrica “Provisão para passivo a descoberto” e computada da seguinte forma:

	Controlada		Controladora	
	Passivo a descoberto		Provisão para passivo a descoberto	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Providencia USA Inc.	(6.965)	(6.840)	(6.965)	(6.840)

Durante o período findo em 31 de março de 2014, a Companhia registrou despesa de equivalência patrimonial para a controlada Providencia USA Inc. no montante de R\$ 382 no resultado (despesa de R\$ 1.168 em 2013) e registrou receita decorrente de variação cambial sobre investimento no exterior de R\$ 257 (ganho de R\$ 102 em 2013), na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido (vide Nota “d” a seguir).

## (c) Movimentação dos investimentos

	Controladora		
	31 de dezembro de 2013	Equivalência patrimonial	31 de março de 2014
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	135.073	6.932	142.005

## (d) Movimentação do investimento com passivo a descoberto

	Controladora			
	31 de dezembro de 2013	Equivalência patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	31 de março de 2014
Providencia USA Inc.	(6.840)	(382)	257	(6.965)

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providencia USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido.

## 13 INTANGÍVEL

## (a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	<i>Softwares</i>	<i>Softwares</i>	Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2013	6.984	7.997	33.133	41.130
Custo corrigido	22.680	24.674	39.759	64.433
Amortização acumulada	(15.518)	(16.631)	(6.626)	(23.257)
Em 31 de março de 2014	7.162	8.043	33.133	41.176

## (b) Movimentação do ativo intangível

	Controladora	Consolidado		
	Custos de desenvolvimento de <i>softwares</i> gerados internamente	Custos de desenvolvimento de <i>softwares</i> gerados internamente	Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2012	8.478	9.550	33.133	42.683
Adições	2.403	2.403		2.403
Amortizações	(3.897)	(4.267)		(4.267)
Variação cambial		150		150
Transferência		161		161
Em 31 de dezembro de 2013	6.984	7.997	33.133	41.130
Adições	1.233	1.233		1.233
Amortizações	(1.055)	(1.157)		(1.157)
Variação cambial		(30)		(30)
Em 31 de março de 2014	7.162	8.043	33.133	41.176

Em janeiro de 2008, a Controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (“Isofilme”). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% a.a., com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizou taxa de desconto real de 9,6% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio está registrado em conta específica no ativo intangível da Isofilme e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na instrução CVM nº 349, devido às razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos;
- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Tendo em vista a Isofilme ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração da provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado. Este ágio que estava sendo amortizado fiscalmente, teve sua última parcela amortizada em fevereiro de 2013.

O ágio no montante de R\$ 33.133 está fundamentado em expectativa de resultado futuro e é anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*). As premissas adotadas

para a projeção dos fluxos de caixa futuros foram baseadas na análise da sua performance dos últimos anos, na análise e expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração. Os valores projetados foram apresentados em termos reais, isto é, não consideram efeitos inflacionários futuros, e os fluxos de caixa operacionais foram projetados para o período de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2023. Em 31 de março de 2014, não foram identificados indicadores de *Impairment* para o referido ágio.

Para o cálculo do valor residual, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa do último ano projetado. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 9,77% a.a., correspondente à taxa do CDI de dezembro de 2013 - Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

## 14 IMOBILIZADO

	Controladora						Total
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações	
<b>Custo do Imobilizado (Valor Bruto)</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	12.520	94.525	645.840	7.100	2.518	7.915	770.418
Adições		607	13.772	1.104	(130)	628	15.981
Baixas			(184)	(256)		(14)	(454)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	12.520	95.132	659.428	7.948	2.388	8.529	785.945
Adições		603	4.043	125	199	120	5.090
Baixas			(1)			(3)	(4)
<b>Em 31 de março de 2014</b>	12.520	95.735	663.470	8.073	2.587	8.646	791.031
<b>Depreciação acumulada:</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>		(21.221)	(322.298)	(3.583)		(5.809)	(352.911)
Depreciação		(3.108)	(19.931)	(452)		(600)	(24.091)
Baixas			181	92		5	278
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>		(24.329)	(342.048)	(3.943)		(6.404)	(376.724)
Depreciação		(780)	(5.071)	(124)		(153)	(6.128)
Baixas						1	1
<b>Em 31 de março de 2014</b>		(25.109)	(347.119)	(4.067)		(6.556)	(382.851)
<b>Imobilizado líquido:</b>							
Em 31 de dezembro de 2012	12.520	73.304	323.542	3.517	2.518	2.106	417.507
Em 31 de dezembro de 2013	12.520	70.803	317.380	4.005	2.388	2.125	409.221
Em 31 de março de 2014	12.520	70.626	316.351	4.006	2.587	2.090	408.180
Taxa anual de depreciação (média)		3%	4%	10%		10%	

	Consolidado						Total
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações	
<b>Custo do Imobilizado (Valor Bruto)</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<u>20.380</u>	<u>139.029</u>	<u>941.384</u>	<u>10.307</u>	<u>105.215</u>	<u>10.233</u>	<u>1.226.548</u>
Adições		1.653	17.588	1.377	12.136	1.143	33.897
Ganho (perda) cambial em conversão de moeda estrangeira	403	4.696	23.145	35	9.720	25	38.024
Baixas			(316)	(256)		(14)	(586)
Transferências		8.970	112.109		(121.885)	806	
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>20.783</u>	<u>154.348</u>	<u>1.093.910</u>	<u>11.463</u>	<u>5.186</u>	<u>12.193</u>	<u>1.297.883</u>
Adições		679	4.916	125	1.280	121	7.121
Ganho (perda) cambial em conversão de moeda estrangeira	(107)	(1.226)	(8.360)	(8)	(93)	(61)	(9.855)
Baixas			(1)			(3)	(4)
Transferências							
<b>Em 31 de março de 2014</b>	<u>20.676</u>	<u>153.801</u>	<u>1.090.465</u>	<u>11.580</u>	<u>6.373</u>	<u>12.250</u>	<u>1.295.145</u>
<b>Depreciação acumulada:</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>		<u>(22.368)</u>	<u>(355.559)</u>	<u>(5.053)</u>		<u>(6.520)</u>	<u>(389.500)</u>
Depreciação		(4.622)	(34.415)	(745)		(1.034)	(40.816)
Baixas			187	93		5	285
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>		<u>(26.990)</u>	<u>(389.787)</u>	<u>(5.705)</u>		<u>(7.549)</u>	<u>(430.031)</u>
Depreciação		(1.193)	(9.551)	(203)		(302)	(11.249)
Baixas						1	1
<b>Em 31 de março de 2014</b>		<u>(28.183)</u>	<u>(399.338)</u>	<u>(5.908)</u>		<u>(7.850)</u>	<u>(441.279)</u>
<b>Imobilizado líquido:</b>							
Em 31 de dezembro de 2012	20.380	116.661	585.825	5.254	105.215	3.713	837.048
Em 31 de dezembro de 2013	20.783	127.358	704.123	5.758	5.186	4.644	867.852
Em 31 de março de 2014	20.676	125.618	691.127	5.672	6.373	4.400	853.866

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), em 1º de janeiro de 2009, a Companhia e suas controladas adotaram o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado, cujo saldo contábil era substancialmente inferior ao seu valor justo.

A avaliação foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliações patrimoniais, de acordo com as normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O ajuste no balanço consolidado em 1º de janeiro de 2009, realizado com base no Laudo de Avaliação e revisado pela Administração, totalizou R\$ 302.157. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013 foi de R\$ 3.842, para cada período, na controladora e de R\$3.880 no consolidado, havendo uma realização de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o valor dessa depreciação de R\$ 1.319, para ambos os períodos.

A depreciação do período findo em 31 de março de 2014, alocada ao custo dos produtos vendidos consolidado, soma R\$ 8.954 (R\$ 7.762 em 31 de março de 2013) sendo que as despesas operacionais somam R\$ 2.295 (R\$ 1.483 em 31 de março de 2013).

Com objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, a Companhia vem realizando investimentos relacionados com a aquisição de novas máquinas, de forma que foram efetuados adiantamentos registrados na rubrica “Imobilizações em Andamento”.

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Fornecedores	23.424	33.597	41.805	59.975
Total	23.424	33.597	41.805	59.975

Em 31 de março de 2014, o prazo médio de pagamento das compras é de 15 dias (17 dias em 31 de dezembro de 2013). A Companhia e suas controladas colocam em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

## 16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	Controladora	
				31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Nota de crédito à exportação	(a) 8% a.a.	Real	Juros: trimestrais até 2016 Principal: em 2016	526 50.000	537 50.000
Pré-pagamento	(b) 4,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2018 Principal: semestrais entre 2013 e 2018	30 97.033	1.470 111.500
Nota de crédito à exportação	(c) 8% a.a.	Real	Juros: trimestrais até 2016 Principal: em 2016	52 4.000	
Total controladora				151.641	163.507
Parcela no circulante				22.742	24.921
Parcela no passivo não circulante				128.899	138.586
				151.641	163.507

- a) Em 08 de fevereiro de 2013, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de NCE no valor de R\$ 50.000 a taxa BRL pré + 8% a.a., juntamente com um swap no mesmo montante, de ponta ativa BRL + 8% a.a. e ponta passiva de 98,70% do CDI.
- b) Em 26 de dezembro de 2011, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de US\$ 52,4 milhões, com 2 anos de carência e vencimentos semestrais até 26 de setembro de 2018. A taxa de juros contratada é de 4,85% a.a. Para proteger essa operação frente às oscilações do dólar, foi contratada uma operação de *swap* no mesmo montante, de ponta ativa em US\$ + 4,85% a.a. e ponta passiva de CDI + 1,70% a.a.
- c) Em 30 de janeiro de 2014, a Companhia contratou junto ao Banco Santander uma operação de NCE no valor de R\$ 4.000 a taxa BRL pré + 8% a.a., juntamente com um swap no mesmo montante, de ponta ativa BRL + 8% a.a. e ponta passiva de 100% do CDI.

## Consolidado

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	31 de Março de 2014	31 de dezembro de 2013	
Financiamento máquina	(d)	LIBOR + 0,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2016	85	1
				Principal: semestrais até 2016	9.312	9.482
	(e)	LIBOR + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2023	115	826
				Principal: semestrais até 2023	77.371	84.698
Financiamento planta USA	(f)	LIBOR + 3,91%	Dólar	Juros: semestrais até 2014		66
				Principal: semestral até 2014		2.376
	(g)	LIBOR + 3,08%	Dólar	Juros: semestrais até 2016	120	116
				Principal: semestral até 2016	11.032	13.177
	(h)	LIBOR + 2,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2016		32
				Principal: 03/04/2016	11.273	11.713
	(i)	SIFMA	Dólar	Juros: mensais até 2030	5	571
				Principal: 2030	20.264	20.176
	(j)	LIBOR + 1,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2020	816	439
				Principal: semestral até 2020	82.930	85.847
	(k)	LIBOR + 1,20%	Dólar	Juros: semestrais até 2022	227	3
				Principal: semestral até 2022	71.944	79.628
	(l)	LIBOR + 2,85%	Dólar	Juros: semestrais até 2017	441	666
				Principal: 01/07/2017	44.348	46.381
(m)	LIBOR + 3,05%	Dólar	Juros: semestrais até 2014	110	201	
			Principal: 21/08/2014	11.315	11.712	
(n)	LIBOR + 3,05%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	225	301	
			Principal: 30/01/2015	14.709	15.227	
(o)	LIBOR + 2,10%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	22	61	
			Principal: 28/01/2015	5.895	6.103	
(p)	LIBOR + 2,95%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	111	58	
			Principal: 07/04/2015	6.789	7.028	
(q)	LIBOR + 2,60%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	141	49	
			Principal: 18/06/2015	12.446	12.884	
(r)	LIBOR + 2,10%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	34	11	
			Principal: 01/07/2015	4.473	4.685	
(s)	LIBOR + 2,75%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	115	21	
			Principal: 02/12/2015	12.446	12.884	
(t)	LIBOR + 2,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2016	109		
			Principal: 05/01/2016	18.840		
Total controladas				418.063	427.423	
Total consolidado				569.704	590.930	
Parcela no circulante (consolidado)				95.750	83.694	
Parcela no passivo não circulante (consolidado)				473.954	507.236	
				569.704	590.930	

- d) O montante de R\$ 9.397 refere-se ao contrato de financiamento entre a Isofilme e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (kfw), firmado em 27 de julho de 2005, destinado à compra de máquina para a produção de tecido não-tecido (“*nonwoven*”), com taxa de juros equivalente à variação LIBOR + 0,85% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais até 2016.
- e) O montante de R\$ 77.486 refere-se às parcelas liberadas, do total de US\$ 37,5 milhões, contratados pela Isofilme junto ao Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada em Pouso Alegre, Minas Gerais. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,25% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais.
- f) Em 5 de março de 2012, foi contratada junto ao banco HSBC uma operação de US\$ 2,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorreu em 21 de fevereiro de 2014, com pagamento de principal e juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,91% a.a.
- g) Em 4 de março de 2011 e em 07 de julho de 2011, foram contratadas junto ao Banco Itaú, operações no total de US\$ 9 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações é para 04 de março de 2016 e 10 de dezembro de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,08% a.a., em média.
- h) Em 13 de abril de 2011, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 03 de abril de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,50% a.a.
- i) Em 12 de maio de 2010, houve a captação de US\$ 9,1 milhões para financiamento das edificações da planta nos Estados Unidos. A operação, denominada *Recovery Zone Facility Bonds*, consiste na emissão de títulos públicos americanos, do condado de *Iredell*, administrada por um agente (*Wells Fargo Bank*), e garantida pelo Banco HSBC, cuja remuneração é calculada semanalmente e paga mensalmente de acordo com a taxa SIFMA (*Securities Industry and Financial Markets Association*). A taxa SIFMA em 31 de março de 2014 foi de 0,15% a.a.
- j) O montante de R\$ 83.746 refere-se às parcelas liberadas, do total de US\$ 51,8 milhões, contratados em 12 de fevereiro de 2010 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã *Euler Hermes Kreditversicherungs AG*. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada nos Estados Unidos. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,50% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais.
- k) O montante de R\$ 72.171 refere-se à parcela liberada, do total de US\$ 36,2 milhões, contratados em 08 de agosto de 2011 entre a Providencia USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã *Euler Hermes Kreditversicherungs AG*. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina instalada nos Estados Unidos e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,20% a.a., com pagamento de principal e juros semestrais.
- l) Em 27 de julho de 2012, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 20 milhões para o financiamento da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 29 de dezembro de 2017, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,85% a.a.

- m) Em 16 de agosto de 2012, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 21 de agosto de 2014, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,05% a.a.
- n) Em 30 de janeiro de 2013, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 6,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 30 de janeiro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,05% a.a.
- o) Em 06 de fevereiro de 2013, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 2,6 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 28 de janeiro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,10% a.a.
- p) Em 07 de abril de 2013, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 3,0 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 07 de abril de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,95% a.a.
- q) Em 18 de junho de 2013, foi contratada junto ao Banco Bradesco, uma operação de US\$ 5,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 18 de junho de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,60% a.a.
- r) Em 09 de julho de 2013, foi contratada junto ao Banco do Brasil, uma operação de US\$ 2,0 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 01 de julho de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,10% a.a.
- s) Em 11 de dezembro de 2013, foi contratada junto ao Banco Santander, uma operação de US\$ 5,5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 02 de dezembro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,75% a.a.
- t) Em 15 de janeiro de 2014, foi contratada junto ao Banco HSBC, uma operação de US\$ 8 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação ocorrerá em 05 de janeiro de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,50% a.a.

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
2015	10.771	22.299	76.989	123.365
2016	75.542	72.300	141.371	121.703
2017	21.542	43.987	98.804	262.168
De 2018 até 2030	21.044		156.790	
	<u>128.899</u>	<u>138.586</u>	<u>473.954</u>	<u>507.236</u>

Todas as captações destinadas ao financiamento da planta nos Estados Unidos são garantidas pela Companhia. Em 31 de março de 2014, os avais garantem os R\$ 331.181 de endividamento da Providencia USA Inc. Além disso, a Companhia possui junto ao Banco HSBC uma carta fiança internacional, visando garantir os US\$ 9,1 milhões relativos à captação do Recovery Zone Facility Bond.

As captações destinadas ao financiamento exclusivo das máquinas possuem penhor mercantil das próprias máquinas pelos saldos remanescentes do financiamento. Em 31 de março de 2014, esse montante representa R\$ 242.800, dos quais R\$ 155.917 referem-se à máquina da planta nos Estados Unidos e R\$ 86.883 referem-se à máquina da Isofilme.

Os empréstimos nacionais não possuem garantias.

Abreviaturas:

CDI - Certificado de Depósito Interbancário

LIBOR - *London Interbank Offered Rate* (Taxa Interbancária de Londres)

SIFMA - *Securities Industry and Financial Markets Association* (Associação dos Mercados Financeiros e Valores Mobiliários)

Com o objetivo de financiar as obras e instalações e o capital de giro das novas plantas, a Companhia e suas controladas possuem linhas de crédito disponíveis no montante de US\$ 100 milhões junto a diversas instituições financeiras, cujas taxas variam de LIBOR + 3,00% até LIBOR + 4,94% a.a. Esses recursos serão disponibilizados na medida em que identificada a necessidade de suprimento do caixa das plantas que estão recebendo os investimentos.

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos em comparação com os seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo		Valor contábil		Valor justo	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Empréstimos e financiamentos	151.641	163.507	154.417	167.807	569.704	590.930	554.102	576.566
	<u>151.641</u>	<u>163.507</u>	<u>154.417</u>	<u>167.807</u>	<u>569.704</u>	<u>590.930</u>	<u>554.102</u>	<u>576.566</u>

## 17 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31 de março de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora				
ICMS	192	125	227	154
PIS	10		10	
COFINS	22		22	
IRRF	320		316	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher	287		317	
Demais obrigações tributárias	357		412	
	<u>1.188</u>	<u>125</u>	<u>1.304</u>	<u>154</u>
Controladas				

ICMS	215		192	
IRRF	225		243	
IRPJ e CSLL	657		523	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher	148		137	
Imposto sobre propriedade Statesville			2.324	
Demais obrigações tributárias	37		39	
	<u>1.282</u>		<u>3.458</u>	
Consolidado	<u>2.470</u>	<u>125</u>	<u>4.762</u>	<u>154</u>

## 18 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 31 de março de 2014:

	Controladora				Consolidado			
	31 de março de 2014		31 de dezembro de 2013		31 de março de 2014		31 de dezembro de 2013	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	835	134	810	105	1.052	371	1.037	339
Cível	20		25		20		25	
Fiscal						33		33
Outros						7		
Total	<u>855</u>	<u>134</u>	<u>835</u>	<u>105</u>	<u>1.072</u>	<u>411</u>	<u>1.062</u>	<u>372</u>
Circulante	70		80		240		250	
Não circulante	785	134	755	105	832	411	812	372

A movimentação das provisões no período findo em 31 de março de 2014 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>835</u>	<u>1.062</u>
Adições	55	55
Baixas	(35)	(45)
Saldo em 31 de março de 2014	<u>855</u>	<u>1.072</u>

### (a) Processos de natureza trabalhista

Em geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

### (b) Processos de natureza cível

Em geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexigibilidade de título executivo e sustação de protesto.

(c) Processos de natureza fiscal

Em 31 de março de 2014, a controlada Isofilme figura como parte em um processo judicial referente ICMS sobre energia elétrica disponibilizada e não utilizada.

No dia 15 de abril de 2013 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, o decreto nº 46.215 que regulamenta a dispensa do pagamento do ICMS sobre a energia que não é efetivamente usada.

(d) Ações possíveis não provisionadas

A Companhia possui ações e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração, de acordo com a avaliação apoiada por assessores legais, como possíveis, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Trabalhistas	368	403	368	403
Cíveis	1.690	1.913	1.720	1.943
Fiscais *	141.815	141.815	154.904	154.904
	<u>143.873</u>	<u>144.131</u>	<u>156.992</u>	<u>157.250</u>

\*Estas ações e processos administrativos incluem dois autos de infração relacionados à formação do resultado tributável da Companhia e da Isofilme dos anos de 2007 e 2008, lavrados em agosto e novembro de 2013, que estão sendo tempestivamente impugnados na esfera administrativa.

(e) Antigos controladores

Em 31 de março de 2014, os montantes relativos a processos de responsabilidade dos antigos controladores, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis e prováveis, somam R\$ 2.279 na Controladora e no Consolidado (R\$ 2.327 em 31 de dezembro de 2013).

## 19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS PASSIVOS

O montante registrado a título de impostos diferidos passivos é reconhecido para fazer frente à realização das diferenças temporárias. A composição é feita da seguinte forma:

	Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Passivo		
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS)		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	45.740	39.609
Custo atribuído ao ativo imobilizado	2.660	2.699
	<u>48.400</u>	<u>42.308</u>
Alíquota de IR e CS	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo líquido	<u>16.455</u>	<u>14.385</u>

Na controlada Isofilme, as diferenças temporárias que dão origem ao IR e CS diferido passivo referem-se, substancialmente, à amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada Isofilme.

## 20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### (a) Capital social

Em 31 de março de 2014, o capital social de R\$ 409.003 está representado por 80.041.132 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir:

Acionistas Controladores e ligados aos Controladores		
FIP Volluto	13.952.203	17,4%
Investidores Institucionais II – Fundo de Investimento em Participações	10.074.423	12,6%
FIP Bssf II	9.417.737	11,8%
FIP Brasil Equity II	6.278.492	7,8%
Banco Espírito Santo S.A.	5.861.269	7,3%
Boreal Fundo de Investimentos em Participações*	4.651.081	5,8%
Espírito Santo Capital – Sociedade de Capital de Risco S.A.	1.953.757	2,4%
Fundo de Investimentos em Partic. C.A.	1.162.683	1,5%
Fip Ggpar (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.)	970.724	1,2%
Boreal Ações III Fia*	2.690.700	3,4%
Total Acionistas Controladores e ligados aos Controladores	<u>57.013.069</u>	<u>71,2%</u>
Administradores		
Diretoria	52.009	0,1%
Conselho de Administração	4	0,0%
Conselho Fiscal	4.000	0,0%
Total Administradores	<u>56.013</u>	<u>0,1%</u>
Ações em circulação ( <i>free float</i> )		
Sul América Invest. Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**	4.041.400	5,0%
Victoire Brasil Investimentos Administração de Recursos Ltda.***	4.495.000	5,7%
Outros	14.417.350	18,0%
Total Ações em circulação ( <i>free float</i> )	<u>22.953.750</u>	<u>28,7%</u>
Ações em tesouraria	18.300	0,0%
Total Ações em tesouraria	<u>18.300</u>	<u>0,0%</u>
Total Ações	<u>80.041.132</u>	<u>100,0%</u>

- \* Acionistas ligados ao Boreal Fundo de Investimentos em Participações
- \*\* Sul América FI em Ações, Sul América Dividendos FI em Ações e NBF Sulamérica Master Prev FIM, três fundos de investimentos administrados pela Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, com representação igual ou superior a 5% do capital social da Companhia.
- \*\*\* Victoire Brazil Small Cap. Fund. SP, Victoire Small Cap. Ações FI., Victoire Dividendos FIA., Victoire Brazil Fund. LLC. e VBI Exclusivo Ações Fundo de Investimento, (os cinco administrados pela Victoire Brasil Investimentos Administração de Recursos Ltda.), ultrapassou o percentual de 5% da totalidade das ações ordinárias emitidas pela Cia Providência Indústria e Comércio.

Conforme artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre as emissões e suas condições, inclusive preço de emissão, forma e prazo de integralização.

b) Opções de compra de ações

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e conforme as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembleia Geral de 11 de maio de 2007 e 10 de setembro de 2010, a Companhia pode outorgar opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas.

As diretrizes para conceder opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar opção de compra de ações às pessoas indicadas. A opção de compra de ações a ser oferecida nos termos dessas Diretrizes representará, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações.

Atualmente está vigente um plano de opção de compra de ações (“2º Plano de Opção de Compra de Ações”). O plano possui três períodos de carência para o exercício das opções: Após o decurso de 12 meses, o participante passa a ter o direito de adquirir 20% das ações objeto da opção; após o decurso de 24 meses, o participante passa a ter direito de adquirir mais 30% das ações objeto da opção; e, após o decurso de 36 meses o participante passa a ter direito de adquirir os outros 50% das ações objeto da opção. O prazo total de prescrição do plano é de 7 (sete) anos.

O reconhecimento nas Demonstrações Financeiras começa a ser feito a partir do mês em que os beneficiários assinam os contratos individuais.

A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia.

Até 31 de março de 2014 foram exercidas 130.800 ações referente à outorga aprovada em 30 de maio de 2011. As ações entregues pela Companhia haviam sido adquiridas no período entre 26 de setembro

de 2011 e 25 de setembro de 2012 e estavam consignadas na conta de ações em tesouraria. O efeito do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 162 das opções exercidas foi registrado na conta de Reserva de Capital. Também foram canceladas as opções correspondentes a 175.000 ações, devido a saída de pessoas que participavam do plano.

O quadro a seguir demonstra os detalhes do plano vigente:

Data da aprovação	Quantidade de ações	Preço de exercício	Data de vencimento	Valor Justo	% do Capital Social
30/05/2011	829.000	6,10	30/05/2018	1.510	1,04%
25/05/2012	460.000	6,35	25/05/2019	711	0,58%

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Data da aprovação	Quantidade de ações	Taxa de juros anual livre de risco	Prazo total em anos	Volatilidade anual esperada	Valor justo da opção na data da outorga
30/05/2011	829.000	12,15%	3	52,86%	1,82
25/05/2012	460.000	8,79%	3	48,56%	1,57

Caso as opções de compra de ações sejam integralmente exercidas pelos seus titulares, os atuais acionistas da Companhia sofrerão uma diluição de participação de 1,21%. Tal diluição foi calculada com base na razão entre (i) o número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações vigentes, e (ii) o número total de ações de emissão da Companhia em 31 de março de 2014, acrescido do número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações, ou seja:

$$\text{“Diluição em 31/03/2014”} = 983.200 / (80.041.132 + 983.200) \times 100 = 1,21\%$$

Movimentação das opções	2014	2013
Quantidade inicial	983.200	1.289.000
Opções outorgadas		
Opções exercidas		(130.800)
Opções não exercidas		(175.000)
Quantidade final	983.200	983.200
Preços de exercício - outorga aprovada em 30/05/2011	6,10	6,10
Preços de exercício - outorga aprovada em 25/05/2012	6,35	6,35
Data de vencimento - outorga aprovada em 30/05/2011	30/05/2018	30/05/2018
Data de vencimento - outorga aprovada em 25/05/2012	25/05/2019	25/05/2019

### (c) Reservas de capital

O saldo de reserva de capital de R\$ 12.539 em 31 de março de 2014 (R\$ 12.425 em 31 de dezembro de 2013) é composto pela reserva de ágio na emissão de ações, no montante de R\$ 10.865 (R\$ 10.865 em 31 de dezembro de 2013), e pela reserva especial para fazer frente aos compromissos da nova outorga do plano de opção de compra de ações, de acordo com a nota 20 (b), cujo saldo totaliza R\$ 1.674 em 31 de março de 2014 (R\$ 1.560 em 31 de dezembro de 2013).

(d) Ações em tesouraria

Movimentação ações em tesouraria	Valor	Quantidade
Saldo em 31 de dezembro de 2013	100	18.300
Saldo em 31 de março de 2014	100	18.300

Em 26 de setembro de 2011, a Companhia iniciou seu 3º Programa de Recompra de Ações de própria emissão, o qual se encerrou em 25 de setembro de 2012.

Neste período, a Companhia recomprou 149.100 ações, pelo montante de R\$ 813. Até 31 de março de 2014, a Companhia vendeu 130.800 ações por conta do exercício das opções relativas ao plano de *Stock Options*.

(e) Reservas de lucros

	Controladora e consolidado	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Reserva legal	11.086	11.086
Reserva para futuros investimentos	86.597	86.597
Total	97.683	97.683

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital.

A reserva para futuros investimentos foi proposta pela Administração e aprovada em assembleia geral para fazer frente ao projeto de investimento da Companhia, o qual envolve a instalação de novas máquinas.

(f) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente os ajustes das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal.

Em relação à política de dividendos, a Companhia manterá a mesma prevista no seu estatuto social.

(g) Lucro por ação básico e diluído

Os resultados por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período, conforme detalhado no quadro abaixo. Não houve movimentação na quantidade de ações emitidas, e o cálculo da quantidade de ações dilutivas efetuado pela Companhia não apresentou resultado relevante a ponto de alterar o lucro por ação. Desta forma, o lucro diluído por ação apresentou diferença irrelevante para divulgação, ou seja, o lucro diluído por ação foi praticamente igual ao lucro básico por ação:

	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Resultado do período	(1.650)	5.050
Quantidade de ações	80.022	80.022
Lucro (prejuízo) por ação	<u>(0,02)</u>	<u>0,06</u>

(h) Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado (a)	145.637	155.881
Ajustes acumulados de conversão (b)	<u>(1.402)</u>	<u>(479)</u>
Total	<u>144.235</u>	<u>155.402</u>

Os movimentos do período referem-se a:

- (a) Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado: Realização da depreciação líquida de imposto de renda, no valor de R\$ 2.561 no período findo em 31 de março de 2014;
- (b) Ajustes acumulados de conversão: Variação cambial do investimento na controlada Providencia USA Inc., no valor de R\$ 257.

(i) Contrato de compra e venda com PGI Polímeros do Brasil S.A. e Polymer Group, Inc.

Em 27 de janeiro de 2014 a Companhia divulgou Fato Relevante a respeito da celebração de contrato de compra e venda de ações entre, de um lado, PGI Polímeros do Brasil S.A. (“PGI Brasil”) e Polymer Group, Inc. (“PGI”), e, de outro lado, determinados acionistas titulares de 57.013.069 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 71,25% de todas as ações emitidas pela Companhia (sem levar em consideração as ações mantidas em tesouraria), e, portanto, o controle da Companhia, por um preço total de até R\$ 555.877.422,75 (quinhentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos) (“Operação”).

A PGI Brasil é uma sociedade holding, subsidiária da PGI, companhia norte-americana, produtora de nãotecidos.

O fechamento da Operação ocorrerá após a verificação e o cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em operações similares, inclusive a aprovação prévia por parte das autoridades de defesa da concorrência no Brasil e nos Estados Unidos da América.

Após o fechamento da Operação, o novo acionista controlador irá realizar oferta pública de aquisição de ações, conforme exigido pelo Estatuto Social e a regulamentação aplicável à Companhia.

## 21 RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Vendas brutas de produtos	145.902	121.316	243.266	185.387
Devoluções de vendas	(5.832)	(5.145)	(7.212)	(6.284)
Impostos sobre vendas	(18.843)	(14.855)	(24.305)	(18.494)
Receita líquida	<u>121.227</u>	<u>101.316</u>	<u>211.749</u>	<u>160.609</u>

## 22 DESPESAS POR NATUREZA E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Custos variáveis e gastos gerais de fabricação	(90.992)	(68.356)	(160.554)	(114.921)
Despesas com vendas				
Logística	(9.066)	(8.043)	(11.889)	(10.363)
Comissões	(587)	(526)	(715)	(564)
Outras	(253)	(438)	(339)	(580)
Total despesas com vendas	<u>(9.906)</u>	<u>(9.007)</u>	<u>(12.943)</u>	<u>(11.507)</u>
Despesas administrativas				
Pessoal	(5.531)	(5.322)	(7.934)	(7.103)
Administradores	(1.387)	(1.469)	(1.387)	(1.469)
Despesa de benefícios a empregados	(2.002)	(1.982)	(3.141)	(2.879)
Despesa com <i>utilities</i>	(310)	(397)	(493)	(773)
Serviços prestados	(2.627)	(1.414)	(3.434)	(1.767)
Despesas de viagem	(413)	(533)	(538)	(672)
Impostos e taxas	(120)	(85)	(317)	(273)
Despesas de depreciação e amortização	(1.911)	(741)	(3.340)	(1.483)
Outras despesas	(866)	(909)	(1.904)	(1.638)
Total despesas administrativas	<u>(15.167)</u>	<u>(12.852)</u>	<u>(22.488)</u>	<u>(18.057)</u>
Reversão de provisões e recuperação de despesas	(25)	138	(15)	22
Outras	(114)	(186)	(114)	(186)
Total outras receitas (despesas)	<u>(139)</u>	<u>(48)</u>	<u>(129)</u>	<u>(164)</u>
Total	<u>(116.204)</u>	<u>(90.263)</u>	<u>(196.114)</u>	<u>(144.649)</u>

## 23 DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

## (a) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Juros	204	426	110	434
Operações com derivativos	1.601	(328)	1.601	(328)
Rendimentos de aplicações financeiras	886	1.368	946	1.393
Outros	854	(44)	995	(67)
	<u>3.545</u>	<u>1.422</u>	<u>3.652</u>	<u>1.432</u>

As variações nas receitas financeiras observadas no período findo em 31 de março de 2014, comparativamente ao mesmo período de 2013, se devem, principalmente, à redução nos rendimentos das aplicações financeiras em função da redução dos montantes aplicados.

As receitas com operações de derivativos referem-se aos resultados com as operações de *swap*, Contratos de câmbio a termo e Contratos de opções de dólar.

## (b) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Juros	(3.458)	(4.012)	(6.749)	(6.580)
Variação cambial	(5.687)	(1.783)	(2.730)	(900)
Operações com derivativos	(4.849)	(1.421)	(5.101)	(1.421)
Outros	(794)	(353)	(1.021)	(613)
	<u>(14.788)</u>	<u>(7.569)</u>	<u>(15.601)</u>	<u>(9.514)</u>

As variações nas despesas financeiras observadas no período findo em 31 de março de 2014, comparativamente ao mesmo período de 2013, referem-se, principalmente, ao efeito da variação cambial sobre os passivos expostos em moeda estrangeira e à majoração das despesas com operações de derivativos.

As despesas com operações de derivativos referem-se aos resultados com as operações de *swap*, Contratos de câmbio a termo e Contratos de opções de dólar.

## 24 DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## (a) Conciliação da alíquota efetiva dos tributos

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Lucro antes dos tributos	330	6.737	3.686	7.878
Alíquota nominal dos tributos (IR e CS)	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR e CS à alíquota básica	(112)	(2.291)	(1.253)	(2.679)
Efeito tributário de (adições) exclusões:				
Resultado de investimentos em controladas	2.227	623		
Realização IR e CS diferidos s/ágio	(4.729)	(4.729)	(4.729)	(4.729)
IR e CS diferidos sobre prejuízos fiscais		3.840		4.206
Itens permanentes, líquidos	634	870	646	374
Valor lançado ao resultado	(1.980)	(1.687)	(5.336)	(2.828)
Corrente			(1.530)	
Diferido	(1.980)	(1.687)	(3.806)	(2.828)
Valor lançado ao resultado	(1.980)	(1.687)	(5.336)	(2.828)

## (b) Demonstrativo da movimentação do IR e CS, líquido em 31 de março de 2014

	Controladora		
	31 de dezembro de 2013	Movimento	31 de março de 2014
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	233.715		233.715
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	79.463		79.463
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 34%:			
Adições/exclusões temporárias	(9.440)	3.722	(5.718)
Depreciação	(76.673)	(3.585)	(80.258)
Outras	5.739	4.106	9.845
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 9%:			
Provisões	1.423		1.423
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(27.199)	1.442	(25.757)
IRPJ Diferido - ágio	41.728	(3.477)	38.251
CSLL Diferido - ágio	15.022	(1.252)	13.770
IRPJ Diferido - custo atribuído	(55.462)	962	(54.500)
CSLL Diferido - custo atribuído	(19.966)	345	(19.621)
3) Efeito do custo atribuído e ágio sobre IR e CS diferido	(18.678)	(3.422)	(22.100)
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	33.586	(1.980)	31.606
Total do efeito de IR e CS no resultado		(1.980)	

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2013	Movimento	31 de março de 2014
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	233.715		233.715
Prejuízo fiscal EUA	6.948	368	7.316
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	82.173	142	82.315
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 34%:			
Adições temporárias	17.243	634	17.877
Depreciação	(110.031)	(6.557)	(116.588)
Outras	14.936	10.062	24.998
Diferenças temporárias sujeitas à alíquota nominal de 9%:			
Provisões	1.423		1.423
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(26.216)	1.403	(24.813)
IRPJ Diferido - ágio	41.728	(3.477)	38.251
CSLL Diferido - ágio	15.022	(1.252)	13.770
IRPJ Diferido - custo atribuído	(55.462)	962	(54.500)
CSLL Diferido - custo atribuído	(19.966)	345	(19.621)
3) Efeito do custo atribuído e ágio sobre IR e CS diferido	(18.678)	(3.422)	(22.100)
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	37.279	(1.877)	35.402
IR e CS corrente		(1.530)	
Diferenças temporárias e permanentes controladas		(1.929)	
Total do efeito de IR e CS no resultado		(5.336)	

A Companhia está aguardando a conversão da Medida Provisória nº 627/13 em Lei para que possa decidir sobre sua adoção antecipada ou não, consoante o texto final a ser promulgado.

## 25 PLANO DE PREVIDÊNCIA

Em dezembro de 2009, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, denominado ProvidenciaPrev, cujas contribuições são feitas mensalmente de forma voluntária pelos participantes e, também, pela Companhia de acordo com faixas salariais, divididos em dois grupos, levando em consideração o valor de contribuição máximo exigido pela Previdência Social.

A Companhia como patrocinadora não assume responsabilidade financeira pelo custo dos serviços passados.

No primeiro grupo participam todos os empregados com salário nominal acima do teto máximo da tabela da Previdência Social, onde a Companhia efetua contribuições básicas em nome do participante no valor de 100% da contribuição básica do mesmo, a título de contrapartida de suas contribuições.

O segundo grupo é formado pelos demais empregados onde a contribuição da Companhia ocorrerá na data da elegibilidade ao benefício, equivalente a três vezes o salário do participante.

O montante das contribuições da Companhia e suas controladas efetuadas no período findo em 31 de março de 2014, totalizou R\$ 207 (R\$ 144, comparativamente ao mesmo período de 2013), tendo sido reconhecido no resultado na rubrica gastos com pessoal.

## 26 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas, Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. e Providencia USA Inc. adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são cotadas com diversas seguradoras, estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas realizam o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas possuíam apólices de seguro contratadas para cobertura das seguintes modalidades e montantes:

Ramo	Importâncias seguradas	
	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Patrimonial		
Riscos Nomeados e Operações e Lucros Cessantes	881.226	929.136
Responsabilidade Civil Geral		
Estabelecimentos Comerciais	103.767	105.264
Responsabilidade Civil		
D&O	35.841	35.227
Transporte Internacional		
Importação e Exportação	13.156	13.275
Total	<u>1.033.990</u>	<u>1.082.902</u>

As coberturas de seguros são:

- Seguro patrimonial (unidades fabris) - garante indenização por danos elétricos, incêndio, lucros cessantes, quebra de máquinas, roubo/furto qualificado de bens e vendaval, furacão, ciclone, tornado, impacto de veículo terrestre e queda de aeronave. Agrega seguro de empilhadeiras e veículos que garante indenização por perdas e danos materiais sobre os referidos bens;
- Seguro de responsabilidade civil geral sobre produtos fabricados e operações internas, assim como empregador e riscos contingentes de veículos motorizados;
- Seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O);
- Seguro de transporte - garante todos e quaisquer bens e/ou mercadorias/matéria-prima, inerentes ao ramo de atividade e transportados sob sua responsabilidade; e,
- Seguro garantia - garante, caso necessário a utilização, obrigações assumidas pela Companhia junto a diversos órgãos e entidades públicas e privadas no âmbito de adiantamento de pagamento, executante construtor, fornecedor ou prestador de serviço, licitante, perfeito funcionamento e retenção de pagamento.

Os acréscimos observados nas importâncias seguradas se referem basicamente à inclusão da nova máquina na planta em Statesville, nos Estados Unidos, e também devido ao trabalho realizado pela Administração visando aumentar as importâncias seguradas sem acréscimo no valor do custo dos seguros.

As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

## 27 PARTES RELACIONADAS

### (a) Controladora

	31 de março de 2014	31 de dezembro de 2013
Ativo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Aplicações financeiras		7.579
Isofilme Ind. e Com. Plásticos Ltda.		
Contrato de mútuo (a)	2.011	2.365
Providência USA Inc.		
Contrato de mútuo (b)	<u>3.617</u>	<u>3.713</u>
	<u>5.628</u>	<u>13.657</u>

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Receitas		Despesas	
	31 de março de 2014	31 de março de 2013	31 de março de 2014	31 de março de 2013
Juros sobre contratos de mútuo				
Companhia Providência Indústria e Comércio	100	324		
Providencia USA Inc.			30	26
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.			70	298
Variação cambial				
Companhia Providência Indústria e Comércio	347			30
Providencia USA Inc.		30	347	
Venda de produtos				
Companhia Providência Indústria e Comércio				
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.	390	1.132		
Compra de produtos				
Companhia Providência Indústria e Comércio			390	1.132
Providencia USA Inc.				
Aplicações financeiras e derivativos				
Banco Espírito Santo S.A.	<u>9</u>	<u>121</u>		<u>39</u>
	<u>846</u>	<u>1.607</u>	<u>837</u>	<u>1.525</u>

- (a) Em 10 de outubro de 2012, 02 de janeiro de 2013, 10 e 20 de maio de 2013 foram firmados contratos de mútuo no montante total de R\$ 2.250 com a controlada Isofilme, com vencimentos para 10 de outubro de 2013, 02 de janeiro de 2014, 10 e 20 de maio de 2014. A taxa de correção é de 100% do CDI + 1,7% a.a.;
- (b) Em 07 de janeiro de 2013, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 1.500 (R\$ 3.021) com a Providencia USA Inc., com vencimento para 07 de janeiro de 2014. A taxa de correção é de LIBOR + 3% a.a.;
- (c) Remuneração global dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 01 de abril de 2014, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$ 7.050, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 10, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia.

Conforme divulgação requerida pelo CPC 5 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, foram registradas, no período findo em 31 de março de 2014, despesas com remuneração dos membros-chaves da Administração conforme apresentado a seguir:

	<u>31 de março de 2014</u>	<u>31 de março de 2013</u>
Remuneração	1.273	1.284
Remuneração baseada em ações	<u>114</u>	<u>185</u>
	<u>1.387</u>	<u>1.469</u>

## 28 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA

Até 31 de março de 2014 não houve captações de empréstimos para a compra de ativo imobilizado (R\$ 7.707 em 31 de março de 2013).

## 29 COMPROMISSOS

A controlada Isofilme possui contrato de locação de imóvel, com vencimento para 31 de maio de 2015, para o qual tem o compromisso mensal de R\$ 100.

## 30 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 30 de Abril de 2014 foi realizada AGE que deliberou e aprovou o Protocolo e Justificação para a incorporação da controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. Sendo assim, em 30 de Abril de 2014, a totalidade do acervo líquido da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. será incorporado pela Companhia Providência Indústria e Comércio.

A incorporação tem o objetivo de integrar os negócios, buscando a maximização de sinergias e a racionalização das atividades com conseqüente redução de custos administrativos e operacionais.

## Companhia alcança no 1T14 Receita Líquida de R\$ 211,7 milhões, 31,8% superior ao 1T13

São José dos Pinhais, 14 de maio de 2014 - A Companhia Providência Indústria e Comércio - Providência [Bovespa: PRVI3], líder na fabricação e comercialização de nãotecidos no Brasil, com significativa presença nas Américas e atuação global, anuncia hoje seus resultados do primeiro trimestre de 2014 (1T14). A Companhia informa que os números aqui apresentados contemplam as subsidiárias Providencia USA Inc., e Isofilme. Os períodos aqui comparados já contemplam os ajustes da Lei contábil 11.638/07 e ajustes para a convergência do IFRS (International Financial Reporting Standards).

### Destaques do 1º Trimestre de 2014

- ▣ O **Volume de Vendas** somou **29,4 mil toneladas**, um crescimento de 9,1% em relação mesmo período do ano anterior;
- ▣ A **Receita líquida** atingiu **R\$ 211,7 milhões, 31,8% mais que no 1T13**, basicamente em função do aumento no volume de vendas;
- ▣ O **EBITDA Ajustado** alcançou **R\$ 28,8 milhões, 11,8% superior** ao 1T13;
- ▣ O **Lucro bruto** apresentou crescimento de **R\$ 5,5 milhões, ou 12,1%**, em relação ao 1T13;
- ▣ A **Dívida Líquida** apresentou acréscimo de **R\$ 51,3 milhões, ou 11,2%**, em relação ao 1T13, sendo o principal fator a variação cambial sobre os financiamentos em dólar.

Destaques Operacionais e Financeiros (R\$ mil)	1T14	1T13	Var. 1T14 / 1T13	4T13	Var. 1T14 / 4T13
Volume	29.448	26.989	9,1%	29.990	-1,8%
<b>Receita Líquida</b>	<b>211.749</b>	<b>160.609</b>	<b>31,8%</b>	<b>217.190</b>	<b>-2,5%</b>
Lucro Bruto	51.195	45.688	12,1%	52.471	-2,4%
Margem Bruta	24,2%	28,4%	-4,3 p.p.	24,2%	0,0 p.p.
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>28.821</b>	<b>25.789</b>	<b>11,8%</b>	<b>34.651</b>	<b>-16,8%</b>
Margem EBITDA Ajustado	13,6%	16,1%	-2,4 p.p.	16,0%	-0,1 p.p.
<b>Resultado Líquido do exercício</b>	<b>(1.650)</b>	<b>5.050</b>	<b>n.m.</b>	<b>3.681</b>	<b>n.m.</b>
Margem Líquida	-0,8%	3,1%	-3,9 p.p.	1,7%	-1,5 p.p.
Resultado por ação	(0,02062)	0,06311	n.m.	0,04599	n.m.
Endividamento Líquido	507.554	456.238	11,2%	502.006	1,1%
Dívida Líquida / EBITDA	3,97	3,70	0,07	3,98	(0,00)

Apresentamos aos nossos acionistas e ao mercado em geral as demonstrações financeiras referentes ao 1T14.

A receita líquida atingiu R\$ 211,7 milhões no 1T14, um crescimento de 31,8% em relação ao 1T13 que se deve preponderantemente à elevação do volume de vendas, bem como ao aumento na utilização da capacidade de produção disponível, que atingiu um volume de 29.448 toneladas neste trimestre, representando crescimento de 9,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O EBITDA Ajustado atingiu no 1T14 R\$ 28,8 milhões, 11,8% superior em comparação ao 1T13. A margem EBITDA Ajustada totalizou 13,6%, 2,4 p.p. inferior ao 1T13. Com base no *Chemical Data Index* – CDI o polipropileno, principal matéria prima dos nossos produtos, está 6,9% mais caro, em dólar, que no 4T13. Porém o efeito é ainda mais forte se considerarmos também a variação cambial, com valorização do dólar médio de 4,0% em comparação com o trimestre anterior. Na comparação do 1T14 com o 1T13, o preço do polipropileno em dólar pelo CDI se manteve estável, mas nesse caso a valorização do dólar médio frente ao real foi ainda mais expressiva: 18,4%. A Companhia está trabalhando no processo de reposicionamento dos preços de venda.

## Composição Acionária

Em 31 de março de 2014, a composição acionária da Companhia Providência era a seguinte:



## Desempenho Operacional

Neste trimestre a Companhia apresentou um aumento no volume total de vendas de 9,1% na comparação com o mesmo período de 2013.

As vendas de nãotecidos mostraram um acréscimo de 13,6% em relação ao registrado no 1T13.

Volume de Vendas	1T14	1T13	Var. 1T14 / 1T13	4T13	Var. 1T14 / 4T13
Nãotecidos	27.698	24.376	13,6%	29.568	-6,3%
Outros	1.750	2.613	-33,0%	422	314,7%
<b>Total</b>	<b>29.448</b>	<b>26.989</b>	<b>9,1%</b>	<b>29.990</b>	<b>-1,8%</b>

**Desempenho Financeiro****Receita Bruta**

A receita bruta totalizou R\$ 243,3 milhões no 1T14, um aumento de 31,2% em relação aos R\$ 185,4 milhões registrados no 1T13.

Estas variações se deram, principalmente, em função do aumento do volume de vendas, realinhamento de preços e à valorização do dólar frente ao Real.

<b>Receita Bruta</b> <i>(R\$ mil)</i>	<b>1T14</b>	<b>1T13</b>	<b>Var. 1T14 / 1T13</b>	<b>4T13</b>	<b>Var. 1T14 / 4T13</b>
Não tecidos	239.052	180.170	32,7%	247.630	-3,5%
Outras	4.214	5.217	-19,2%	1.057	298,7%
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>243.266</b>	<b>185.387</b>	<b>31,2%</b>	<b>248.687</b>	<b>-2,2%</b>

**Demonstração de Resultados Companhia Providência – Consolidado**

<b>Demonstração do Resultado</b> <i>(R\$ mil)</i>	<b>1T14</b>	<b>1T13</b>	<b>Var. 1T14 / 1T13</b>	<b>4T13</b>	<b>Var. 1T14 / 4T13</b>
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>243.266</b>	<b>185.387</b>	<b>31,2%</b>	<b>248.687</b>	<b>-2,2%</b>
Impostos sobre vendas	(24.305)	(18.494)	31,4%	(25.307)	-4,0%
Devoluções de vendas	(7.212)	(6.284)	14,8%	(6.190)	16,5%
<b>Deduções de vendas</b>	<b>(31.517)</b>	<b>(24.778)</b>	<b>27,2%</b>	<b>(31.497)</b>	<b>0,1%</b>
<b>Receita líquida das vendas</b>	<b>211.749</b>	<b>160.609</b>	<b>31,8%</b>	<b>217.190</b>	<b>-2,5%</b>
Custo dos produtos vendidos	(160.554)	(114.921)	39,7%	(164.719)	-2,5%
<b>Lucro bruto</b>	<b>51.195</b>	<b>45.688</b>	<b>12,1%</b>	<b>52.471</b>	<b>-2,4%</b>
Despesas com vendas	(12.943)	(11.507)	12,5%	(11.744)	10,2%
Despesas administrativas	(22.488)	(18.057)	24,5%	(19.104)	17,7%
Outras Receitas Operacionais Líquidas	(129)	(164)	-21,3%	(2.764)	-95,3%
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(35.560)</b>	<b>(29.728)</b>	<b>19,6%</b>	<b>(33.612)</b>	<b>5,8%</b>
<b>Lucro operacional</b>	<b>15.635</b>	<b>15.960</b>	<b>-2,0%</b>	<b>18.859</b>	<b>-17,1%</b>
Receitas financeiras	3.652	1.432	155,0%	1.690	116,1%
Despesas financeiras	(15.601)	(9.514)	64,0%	(14.453)	7,9%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(11.949)</b>	<b>(8.082)</b>	<b>47,8%</b>	<b>(12.763)</b>	<b>-6,4%</b>
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>3.686</b>	<b>7.878</b>	<b>-53,2%</b>	<b>6.096</b>	<b>-39,5%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.530)	-	n.m.	(952)	60,7%
IR/CSLL Diferido	(3.806)	(2.828)	34,6%	(1.463)	160,2%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(1.650)</b>	<b>5.050</b>	<b>n.m.</b>	<b>3.681</b>	<b>n.m.</b>

## Receita Líquida

A receita líquida alcançou R\$ 211,7 milhões no 1T14, apresentando um acréscimo de 31,8% quando comparado com o 1T13. Tal crescimento está relacionado, principalmente, ao aumento do volume de vendas.

## Custos dos Produtos Vendidos

Os custos com produtos vendidos (CPV) totalizaram R\$ 160,6 milhões no 1T14, um acréscimo de 39,7% se comparado com os R\$ 114,9 milhões registrados no 1T13 e decréscimo de 2,5% comparativamente aos R\$ 164,7 milhões no 4T13. Este incremento está ligado, principalmente, ao maior volume de vendas e ao aumento do custo do polipropileno em Reais.

## Receitas / (Despesas) Operacionais

As despesas e receitas operacionais no 1T14 totalizaram R\$ 35,6 milhões, um acréscimo de 19,6% se comparadas com os R\$ 29,7 milhões no 1T13, e 5,8% em relação ao 4T13.

<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b> <i>(R\$ mil)</i>	<b>1T14</b>	<b>1T13</b>	<b>Var. 1T14 / 1T13</b>	<b>4T13</b>	<b>Var. 1T14 / 4T13</b>
<b>(Despesas) Receitas Operacionais</b>	<b>(35.560)</b>	<b>(29.728)</b>	<b>19,6%</b>	<b>(33.612)</b>	<b>5,8%</b>
Com vendas	(12.943)	(11.507)	12,5%	(11.744)	10,2%
Administrativas	(22.488)	(18.057)	24,5%	(19.104)	17,7%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(129)	(164)	-21,3%	(2.764)	-95,3%
<b>% da Receita Líquida</b>	<b>16,8%</b>	<b>18,5%</b>	<b>-1,7 p.p.</b>	<b>15,7%</b>	<b>1,1 p.p.</b>

### Despesas com Vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 12,9 milhões no 1T14, um aumento de 12,5% quando comparadas com os R\$ 11,5 milhões apresentados no 1T13 e crescimento de 10,2% em relação aos R\$ 11,7 milhões do 4T13. Tais variações anuais estão ligadas, principalmente, ao crescimento do volume de vendas, sendo que parte de crescimento foi nas exportações que possuem custos logísticos maiores que o mercado interno. Além disso, alguns clientes solicitaram fretes aéreos para atender situações emergenciais, entretanto esses montantes são repassados aos clientes posteriormente.

### Despesas Administrativas

As despesas administrativas atingiram R\$ 22,5 milhões no 1T14, 24,5% acima do montante registrado no 1T13 e 17,7% acima do montante do 4T13. Tais acréscimos estão relacionados aos gastos com a entrada em produção das duas máquinas (Brasil e nos EUA), além de reajustes salariais aos colaboradores nas datas-bases e ao efeito da desoneração da folha de pagamentos reconhecido no 4T13.

### Outras receitas/despesas operacionais líquidas

No 1T14, obtivemos despesa de R\$ 0,1 milhão, correspondente a provisões efetuadas no período.

## **Resultado Financeiro Líquido**

O resultado financeiro líquido no 1T14 foi negativo em R\$ 11,9 milhões. O acréscimo observado, se compararmos com o resultado financeiro líquido no 1T13, que foi negativo em R\$ 8,1 milhões, está diretamente relacionado às variações cambiais ocorridas sobre os ativos e passivos em moeda estrangeira. Comparando com o 4T13, as variações cambiais também tiveram impacto direto tanto nas receitas, efeito positivo através da carteira de clientes em moeda estrangeira, como nas despesas financeiras, efeito negativo sobre o endividamento em moeda estrangeira. O reflexo das atuais oscilações nas cotações da moeda norte americana sobre nosso endividamento é parcialmente reduzido pela nossa carteira de clientes em moeda estrangeira.

A Companhia também conta com uma Política de Hedge, onde as operações são revistas mensalmente pelo Comitê de Gestão de Riscos, como forma de proteção às oscilações cambiais.

### *Receitas Financeiras*

As receitas financeiras alcançaram R\$ 3,7 milhões no 1T14, um acréscimo de 155,0% em relação aos R\$ 1,4 milhão do 1T13, devido às variações cambiais sobre os passivos em moeda estrangeira e ao aumento da taxa básica de juros, que aumentou a geração de receita sobre as aplicações do saldo de caixa.

### *Despesas Financeiras*

As despesas financeiras atingiram R\$ 15,6 milhões no 1T14, apresentando acréscimo de R\$ 6,1 milhões, comparativamente aos R\$ 9,5 milhões do 1T13. Em relação ao 4T13, houve acréscimo de R\$ 1,1 milhão. Tais oscilações estão diretamente ligadas às variações cambiais e ao aumento da taxa básica de juros.

## **Imposto de Renda e Contribuição Social**

Em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido houve acréscimo de R\$ 1,5 milhão em relação ao 1T13 e R\$ 0,6 milhão se compararmos com o 4T13. Tais variações devem-se, principalmente, a movimentos nas diferenças permanentes e temporárias utilizadas na apuração dos tributos diferidos.

## **Resultado Líquido**

O trimestre apresentou prejuízo líquido de R\$ 1,7 milhão.

## **EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

O EBITDA Ajustado no 1T14 atingiu R\$ 28,8 milhões, um acréscimo de 11,8% quando comparado com os R\$ 25,8 milhões registrados no 1T13. Em relação ao 4T13 houve decréscimo de 16,8%.

<b>Reconciliação do EBITDA</b> (R\$ mil)	1T14	1T13	Var. 1T14 / 1T13	4T13	Var. 1T14 / 4T13
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(1.650)</b>	<b>5.050</b>	<b>n.m</b>	<b>3.681</b>	<b>-144,8%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.336	2.828	88,7%	2.415	121,0%
Despesas financeiras, líquidas	11.949	8.082	47,8%	12.763	-6,4%
Depreciação e amortização	12.406	10.272	20,8%	12.088	2,6%
Outras receitas (despesas)	334	(488)	n.m	813	-58,9%
<b>EBITDA</b>	<b>28.375</b>	<b>25.744</b>	<b>10,2%</b>	<b>31.760</b>	<b>-10,7%</b>
Margem EBITDA	13,4%	16,0%	-2,6 p.p.	14,6%	-1,2 p.p.
Despesas não recorrentes líquidas <sup>1</sup>	446	45	891,3%	2.891	-84,6%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>28.821</b>	<b>25.789</b>	<b>11,8%</b>	<b>34.651</b>	<b>-16,8%</b>
Margem EBITDA Ajustado %	13,6%	16,1%	-2,4 p.p.	16,0%	-2,3 p.p.

Despesas/Receitas não recorrentes e Outros que impactaram o EBITDA no primeiro trimestre de 2014:

<sup>1</sup> Honorários decorrentes de recebimentos de créditos tributários

## Endividamento

A Dívida Líquida aumentou 11,2% em relação ao 1T13, em função da redução do caixa e instrumentos com liquidez em R\$ 71,6 milhões. Em relação ao 4T13 a Dívida Líquida aumentou 1,1%.

A Dívida Total teve redução de 3,4% no 1T14, quando comparamos com o 1T13, devido aos pagamentos de principal e juros de empréstimos e financiamentos.

A Companhia possui 27% de seu endividamento baseado em moeda local (parte em US\$, porém com hedge para CDI) e 73% em moeda estrangeira, preponderantemente tomada nos EUA com hedge natural em função da receita e ativos neste país.

<b>Endividamento</b> (R\$ mil)	1T14	1T13	Var. 1T14 / 1T13	4T13	Var. 1T14 / 4T13
Curto Prazo	95.750	114.531	-16,4%	83.694	14,4%
Longo Prazo	473.954	475.516	-0,3%	507.236	-6,6%
<b>Total Dívida</b>	<b>569.704</b>	<b>590.047</b>	<b>-3,4%</b>	<b>590.930</b>	<b>-3,6%</b>
(-) Caixa e instrumentos financeiros com liquidez	62.150	133.809	-53,6%	88.924	-30,1%
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>507.554</b>	<b>456.238</b>	<b>11,2%</b>	<b>502.006</b>	<b>1,1%</b>

## Investimentos

Os investimentos são principalmente orientados para manutenção e pela estratégia de crescimento, modernização e aumento da capacidade produtiva do parque industrial. Ao longo do 1T14 destacamos os seguintes investimentos:

CAPEX (R\$ mil)	1T14	1T13	Var. 1T14 / 1T13	4T13	Var. 1T14 / 4T13
Máquinas de Não Tecidos	6.321	13.760	-54,1%	4.882	29,5%
Obras e Construções	679	339	100,3%	794	-14,5%
Equipamentos de Informática	79	-	n.m.	9	777,8%
Móveis e Utensílios	42	23	82,6%	220	-80,9%
Tecnologia da Informação	1.233	935	31,9%	470	162,3%
<b>Total de Aquisições</b>	<b>8.354</b>	<b>15.057</b>	<b>-44,5%</b>	<b>6.375</b>	<b>31,0%</b>

Os valores em “Máquinas de Nãotecidos” e “Obras e Construções” referem-se, basicamente, aos investimentos nas novas máquinas (EUA e Brasil).

## Mercado de Capitais

Cotações e Volumes Negociados - em R\$	1T14	1T13	Var. 1T14/ 1T13	4T13	Var. 1T14/ 4T13
Cotação no final do período - PRV3	8,05	8,70	-7,5%	7,89	2,0%
Cotação no final do período - IBOVESPA	50.415	56.352	-10,5%	51.507	-2,1%
Volume Médio Diário Negociado - PRV3	492.893	551.353	-10,6%	286.705	71,9%
Volume Total Negociado no Período - PRV3	30.559.349	32.529.810	-6,1%	17.775.699	71,9%

## Fluxo de Caixa Companhia Providência – Consolidado

Demonstrativo do Fluxo de Caixa (R\$ mil)	1T14	1T13	Var. 1T14 / 1T13
<b>Da atividade operacional</b>			
Resultado líquido do exercício	(1.650)	5.050	n.m.
Depreciação do imobilizado	11.249	9.245	21,7%
Amortização do intangível	1.157	1.027	12,7%
Juros e variações monetárias	12.662	6.253	102,5%
Valor residual do ativo permanente baixado	3	128	-97,7%
Pagamento baseado em ações	114	185	-38,4%
Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos	3.806	2.828	34,6%
Constituição de provisão para contingências, líquido	10	-	n.m.
Perdas de valores ativos	87	295	-70,5%
(Acréscimo) decréscimo de clientes	9.092	(11.549)	-178,7%
Acréscimo de estoques	(13.558)	(8.689)	56,0%
(Acréscimo) decréscimo de tributos a recuperar	(3.948)	305	n.m.
Decréscimo de outros direitos realizáveis	2.964	5.002	-40,7%
Decréscimo de fornecedores	(18.170)	(5.672)	220,3%
Acréscimo (decréscimo) de encargos sociais e provisões trabalhistas	806	(2.825)	-128,5%
Acréscimo (decréscimo) de impostos, taxas e contribuições	(935)	(1.505)	-37,9%
Acréscimo (decréscimo) de outras exigibilidades	(1.044)	(8)	12950,0%
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(1.386)	-	n.m.
<b>Total dos recursos gerados pela atividade operacional</b>	<b>1.259</b>	<b>70</b>	<b>1698,6%</b>
<b>Da atividade de investimento</b>			
Imobilizado	(7.121)	(6.415)	11,0%
Intangível	(1.233)	(935)	31,9%
<b>Total dos recursos consumidos pela atividade de investimento</b>	<b>(8.354)</b>	<b>(7.350)</b>	<b>13,7%</b>
<b>Da atividade de financiamento</b>			
Captações de empréstimos/financ.	23.410	70.478	-66,8%
Pagtos de empréstimos/financ. - principal	(23.616)	(12.111)	95,0%
Pagtos de empréstimos/financ. - juros	(7.104)	(7.081)	0,3%
Venda de Ações	-	788	n.m.
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(7.310)</b>	<b>52.074</b>	<b>n.m.</b>
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	(2.441)	(3.076)	-20,6%
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(16.846)</b>	<b>41.718</b>	<b>n.m.</b>
<b>Disponibilidades no início do período</b>	<b>64.250</b>	<b>84.145</b>	<b>-23,6%</b>
<b>Disponibilidades no final do período</b>	<b>47.404</b>	<b>125.863</b>	<b>-62,3%</b>
<b>Variação do período</b>	<b>(16.846)</b>	<b>41.718</b>	<b>n.m.</b>

## **Fluxo de Caixa**

A Companhia registrou redução do saldo de caixa de R\$ 16,8 milhões no final do período, após a movimentação de suas atividades: operacionais, investimentos e de financiamentos.

O efeito das mudanças nas taxas cambiais sobre o caixa e equivalentes de caixa mantido em moeda estrangeira está sendo apresentado separadamente, de acordo com o item 31 do CPC 03, a fim de reconciliar os saldos no início e no fim do período. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira referem-se, em sua totalidade, a Providência USA Inc.

Detalhes conforme abaixo:

### **Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

A Companhia apresentou no 1T14 um aumento de caixa operacional de R\$ 1,3 milhão.

### **Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos**

O montante das atividades de investimentos somou R\$ 8,4 milhões, composto, preponderantemente, por investimentos em melhorias de nossas máquinas e equipamentos e em melhorias em nossas instalações.

### **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos**

A variação nas atividades de financiamento, no 1T14, foi negativa em R\$ 7,3 milhões, representada por: entrada de R\$ 23,4 milhões, relacionados ao financiamento da máquina nos Estados Unidos, saídas de R\$ 23,6 milhões referente ao pagamento de principal e R\$ 7,1 milhões referente ao pagamento de juros sobre a dívida no período.

## Balço Patrimonial Companhia Providência - Consolidado

ATIVO	1T14	1T13	Var. 1T14 / 1T13	4T13	Var. 1T14 / 4T13
Caixa e bancos	15.422	10.217	50,9%	11.124	38,6%
Aplicações financeiras	31.982	115.646	-72,3%	53.126	-39,8%
Instrumentos financeiros derivativos	14.746	7.946	85,6%	24.674	-40,2%
Contas a receber de clientes	165.408	154.356	7,2%	177.822	-7,0%
Estoques	77.677	61.018	27,3%	64.119	21,1%
Impostos a recuperar	48.991	46.090	6,3%	44.988	8,9%
Outros direitos realizáveis	9.777	7.442	31,4%	11.647	-16,1%
<b>CIRCULANTE</b>	<b>364.003</b>	<b>402.715</b>	<b>-9,6%</b>	<b>387.500</b>	<b>-6,1%</b>
Contas a receber de clientes	2.664	3.967	-32,8%	2.987	-10,8%
Impostos a recuperar RLP	7.532	17.414	-56,7%	7.587	-0,7%
IR/CSLL diferidos	35.402	47.530	-25,5%	37.279	-5,0%
Depósitos e cauções	411	63	552,4%	372	10,5%
Depósitos e empréstimos compulsórios	32	30	6,7%	31	3,2%
Outros direitos realizáveis	127	127	0,0%	127	0,0%
Intangível	41.176	42.701	-3,6%	41.130	0,1%
Imobilizado	853.866	837.963	1,9%	867.852	-1,6%
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>941.210</b>	<b>949.795</b>	<b>-0,9%</b>	<b>957.365</b>	<b>-1,7%</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>1.305.213</b>	<b>1.352.510</b>	<b>-3,5%</b>	<b>1.344.865</b>	<b>-2,9%</b>

PASSIVO	1T14	1T13	Var. 1T14 / 1T13	4T13	Var. 1T14 / 4T13
Fornecedores	41.805	37.718	10,8%	59.975	-30,3%
Empréstimos e financiamentos	95.750	114.531	-16,4%	83.694	14,4%
Encargos sociais e provisões trabalhistas	7.546	5.989	26,0%	6.730	12,1%
Obrigações tributárias	2.470	3.002	-17,7%	4.762	-48,1%
Provisão para contingências	240	407	-41,0%	250	-4,0%
Dividendos a pagar	27	-	n.m.	27	0,0%
Outras exigibilidades	1.738	2.752	-36,8%	1.290	34,7%
<b>CIRCULANTE</b>	<b>149.576</b>	<b>164.399</b>	<b>-9,0%</b>	<b>156.728</b>	<b>-4,6%</b>
Empréstimos e Financiamentos	473.954	475.516	-0,3%	507.236	-6,6%
Provisão para contingências	832	620	34,2%	812	2,5%
Obrigações tributárias ELP	125	171	-26,9%	154	-18,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.455	15.702	4,8%	14.385	14,4%
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>491.366</b>	<b>492.009</b>	<b>-0,1%</b>	<b>522.587</b>	<b>-6,0%</b>
Capital social	409.003	409.003	0,0%	409.003	0,0%
Reserva de capital	12.539	12.003	4,5%	12.425	0,9%
Reserva de lucros	97.683	112.047	-12,8%	97.683	0,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	144.235	155.402	-7,2%	146.539	-1,6%
Ações em tesouraria	(100)	(171)	-41,5%	(100)	0,0%
Lucros acumulados	911	7.818	-88,3%	-	n.m.
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>664.271</b>	<b>696.102</b>	<b>-4,6%</b>	<b>665.550</b>	<b>-0,2%</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>1.305.213</b>	<b>1.352.510</b>	<b>-3,5%</b>	<b>1.344.865</b>	<b>-2,9%</b>

## TELECONFERÊNCIAS

A Providência realizará os seguintes eventos para discussão dos resultados do primeiro trimestre de 2014:

### Teleconferência com *Webcast* (em português, com tradução simultânea para o inglês)

**Data:** 15 de Maio de 2014  
**Horário:** 10h00 (horário de Brasília)  
09h00 (horário de Nova York)  
14h00 (horário de Londres)  
**Telefone para conexões no Brasil:** +55 (11) 3192-1001  
+55 (11) 2820-4001  
**Telefone:** +1 786 924-6977 para conexões nos Estados Unidos  
**Telefone:** +1 888 700-0802 para conexões de demais países  
**Código:** Providência  
**Replay:** [www.providencia.com.br/ri](http://www.providencia.com.br/ri)  
**Webcast:** [www.providencia.com.br/ri](http://www.providencia.com.br/ri)

**Para Playback** (*Disponível do dia 15/05/2014 até 21/05/2014*)

**Senha:** 2491990# – versão em português  
**Senha:** 7005150# – versão em inglês  
**Telefones:** +55 11 3193-1012  
+55 11 2820-4012

Os *links* de acesso estarão disponíveis no *website* da Companhia ([www.providencia.com.br/ri](http://www.providencia.com.br/ri)), na seção de Relações com Investidores.

**Disclaimer:** Este comunicado contém considerações futuras referentes às perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros, e às perspectivas de crescimento da Providência. Estas são apenas projeções e, como tal, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da administração da Providência. Em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capitais para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira, entre outros fatores, além dos riscos apresentados nos documentos de divulgação arquivados pela Providência e estão, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da  
Companhia Providência Indústria e Comércio.  
São José dos Pinhais - PR

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Providência Indústria e Comércio (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### **Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas,

em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM .

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 13 de maio de 2014.

**DELOITTE TOUCHE TOHMATSU**  
Auditores Independentes  
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC

**Fernando de Souza Leite**  
Contador  
CRC n.º 1 PR-050.422/O-3

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2014.

São Jose dos Pinhais, 13 de maio de 2014.

## DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao primeiro trimestre de 2014.

São Jose dos Pinhais, 13 de maio de 2014.